



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 009 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
PFL Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Eduardo Cheida - Luiz Cláudio Romanelli - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 009

8ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Proposta de Emenda à Constituição 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Artagão Júnior 12

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 13

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 13

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi 15

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 16

Discussão / Votação:

2ª Discussão 17

1ª Discussão 21

Discussão Única (Proposições)..21

Discussão Única (Indicações)....28

Requerimentos28

Explicações Pessoais

Dep. Luiz Cláudio Romanelli.....31

Encerramento da Sessão31

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....31

Diretoria Geral

Portarias32

Atas de Comissões

Constituição e Justiça35

Finanças35

Orçamento36

Agricultura.....36

Educação, Cultura, Esportes,

Ciências e Tecnologia36

Saúde Pública36

Direitos Humanos e da

Cidadania37

Indústria, Comércio e Turismo..37

MERCOSUL e Assuntos

Internacionais.....37

Defesa do Consumidor37

Conselho de Ética e Decoro

Parlamentar38

Redação38

DIÁRIO Nº 009**8ª SESSÃO ORDINÁRIA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE MARÇO DE 2007***(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Douglas Fabrício e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Chico Noroeste, Geraldo Cartário e Mamede (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagem**

MENSAGEM Nº 006/07

Curitiba, 02 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, efetuar a doação, ao Município de Palmas, do imóvel com 24.200,00 m², parte de área maior, conforme discrimina a matrícula nº 0372, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.

A medida contida no plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade, eis que tal área será utilizada, exclusivamente, na implantação de escola municipal.

No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel retornará ao patrimônio do IAPAR, caso lhe seja dada utilização diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, autorizado a efetuar a doação, ao Município de Palmas, do imóvel com 24.200,00 m², parte de área maior, nesse Município, conforme discrimina a matrícula nº 0372, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.

Art. 2º O imóvel em questão destina-se, exclusivamente, à implantação de escola municipal, retornando ao patrimônio do IAPAR, caso lhe seja dado destino diverso.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº 332/07-CGPC/DDAI/SECAD/MEC, do Sr. Antonio Elvidio Figueiredo - Coordenador-Geral de Planejamento e Convênios do Ministério da Educação, comunicando celebração de Convênio nº 116/06 entre a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabe-

tismo e o Instituto Gaudium de Proteção à Vida, no valor total de R\$ 27.509,00 (vinte e sete mil, quinhentos e nove reais), tendo como objeto apoiar as ações de implantação e implementação do Projeto: Programa de Atividades Integradas - PROATIVI. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 250/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado - Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário, comunicando celebração de Convênio nº 180/06 e liberação de recursos, do referido Ministério e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural - Fundação Terra/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 133/07/SR Curitiba, do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal - Regional Curitiba, comunicando a liberação de recursos financeiros FGTS no mês de fevereiro/07, no valor de R\$ 8.281.884,30 (oito milhões, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos) destinados à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O artigo 77, da Constituição do Estado passa contar com o seguinte parágrafo 7º:

§ 7º O Conselheiro escolhido pela Assembleia Legislativa deverá tomar posse no Tribunal de Contas no prazo de trinta dias, a contar da data de sua escolha.

I - Na hipótese de desatenção ao prazo imposto por este parágrafo, a Assembleia Legislativa deverá realizar nova escolha no prazo máximo de quinze dias.

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Reni Pereira, Edgar Bueno, Augustinho Zucchi, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Cleiton Kielse, Professor Luizão, Francisco Bühner, Rui Hara, Rosane Ferreira, Pércles de Mello, Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Edson Strapasson, Nereu Moura, Luiz Fernandes Litro, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva, Chico Noroeste e Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda à Constituição visa corrigir uma lacuna em relação à escolha do Conselho do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pois verificou-se que com a eleição do Vice-Governador Orlando Pesutti ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas a Assembleia Legislativa, conforme dispõe o Regimento Interno em seu artigo 221, comunicou ao Governador o

resultado da deliberação e após vários meses o eleito acabou desistindo de ocupar a vaga em aberto, tendo com esta nova situação, a Assembleia Legislativa do Paraná ter que realizar uma Sessão Especial para a escolha de um novo Conselheiro daquela Corte.

Salienta-se ainda que nós, Deputados Estaduais, conforme dispõe o Regimento Interno em seu artigo 4º, parágrafo 6º, temos o prazo de quinze dias para tomar posse nesta Assembleia Legislativa, nada mais correto e justo que para exercer suas funções como Conselheiro do Tribunal de Contas, um órgão auxiliar deste Poder Legislativo, o escolhido tenha uma data limite determinada pela nossa Constituição Estadual.

Solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 302

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, vem REQUERER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 055/07, que cria a Região Metropolitana de Cascavel.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 283

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Maria Botelho, ocorrido em 01 de março do corrente, em Curitiba/PR.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Hister, ocorrido em 07 de março do corrente ano, em Capitão Leônidas Marques.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada através de sua esposa, a Sra. Neura Hister, enviando

correspondência à Av. Iguaçu, loja Guarani, CEP 85000-790 - Capitão Leônidas Marques/PR.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Um texto bíblico milenar nos ensina que há tempo de nascer, tempo de viver e tempo de morrer. Por vontade de Deus, encerrou-se neste mês o tempo de seu Miguel Hister neste mundo. Deixa boas lembranças àqueles que puderam desfrutar de sua companhia durante os 60 anos que permaneceu entre os que amava.

Foi filho honrado, marido dedicado e pai zeloso. Como empresário, contribuiu fortemente para o desenvolvimento de Capitão Leônidas Marques. Trabalhou honestamente e foi admirado pelos que o cercaram. Sua sociabilidade e simpatia conquistaram muitos amigos. A saudade que deixa demonstra seu exemplo de dignidade e caráter firme.

Que Deus receba sua alma e conforte o coração daqueles que sofrem sua ausência. Que unidos na fé, seus familiares possam mirar-se em seu legado de simplicidade e amor.

REQUERIMENTO Nº 300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e louvor aos Soldados Scheleder e Ribeiro por ato de bravura e heroísmo diante do salvamento do Sr. Antonio Noel Medeiro que, na data de 15 de dezembro de 2006, o mesmo encontrava-se desmaiado e amarrado em um poste de energia elétrica a uma altura de oito metros, desta forma, sem medir esforços o Soldado Scheleder tirou a escada da viatura da Copel e subiu no poste reanimando a vítima e a levando com todo cuidado e carinho ao chão para que a mesma fosse levada até um hospital com o máximo de urgência, a fim de tomar as medidas cabíveis para o não comprometimento de sua saúde.

Requer ainda para que seja comunicado o MD Governador de Estado, Secretário de Segurança Pública, Comando do Policiamento do Interior para que facultado sejam concedidas as promoções previstas em lei.

Requer ainda que após aprovado por este douto Plenário, seja enviado os votos de congratulações e louvor mediante correspondência no endereço do Destacamento da Polícia Militar, Rua Gregório Shumiack, s/n, Bairro Centro, CEP 85160-000, Cantagalo- Paraná.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto

de congratulações ao Sr. Dr. Antonio Brandão Neto, Delegado Chefe da 9ª Sub-Divisão Policial de Maringá, pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido à frente dessa SDP.

Na semana passada o Delegado Brandão e sua equipe prenderam uma quadrilha de assaltantes que vinha aterrorizando as famílias de Maringá e região, sendo especialistas em roubos de caminhonetes, devolvendo assim a tranquilidade à população.

Que essas congratulações sejam extensivas aos policiais da corporação: Dr. Laércio Cardoso Fatur, Delegado Operacional; João Osmar Evarini, Investigador de Polícia; Miguel Augusto Sakuno Rosa, Escrivão de Polícia; e, os Investigadores Maurício Aparecido Coutinho, Claudécir Romero, Nelson Resende de Freitas, Donizete Miguel da Silva, Eduardo Aurélio Cohn e Marcelo Betarelo Verdade. O trabalho conjunto da equipe comandada pelo Delegado Antonio Brandão Neto, obteve êxito e exterminou com a quadrilha.

Que seja enviado expediente ao Sr. Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor ao Clube Curitibano pelos seus 125 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao tradicional Clube Curitibano, por ocasião da comemoração dos seus 125 anos de fundação.

Destacamos a competente e dinâmica gestão do Presidente Manoel Diniz Neto, sua Diretoria e Conselho.

REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de louvor ao Exmo. Sr. Presidente da República da Venezuela, Hugo Chávez em virtude do relacionamento comercial e político daquela Nação com o Estado do Paraná. Na iminência da incorporação da Venezuela ao MERCOSUL, que deverá ocorrer em dezembro próximo estão sendo ampliadas as oportunidades de investimentos do nosso Estado naquele País e vice-versa, com possibilidades de abertura e instalação de empresas paranaenses em solo venezuelano justificadas pela busca da integração latino-americana cujo objetivo principal é a intenção de substituir a importação pela Venezuela de produtos norte-americanos por produtos de pequenos e médios empresários paranaenses. Também

importante salientar a importância do volume de negócio já em andamento. Deste modo, não caberia a esta Casa de Leis contrariar uma tendência nacional de fortalecimento das relações entre os países, fundada nas necessidades das suas populações e visando o desenvolvimento dos países, tornando o Presidente da Venezuela *persona non grata* em solo paranaense.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 301

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comparece perante V. Exa. para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a indicação de dois outros Deputados, além deste requerente, para compor a Comissão Especial de Consolidação das Leis do Estado do Paraná. Tal requerimento funda-se no fato de que a referida Comissão, constituída na Legislatura passada era composta por este que subscreve, e mais os Deputados Hermes Fonseca e Ratinho Júnior, que não mais compõem o corpo parlamentar desta Assembléia Legislativa, sendo mister darmos continuidade aos trabalhos iniciais e preparatórios para a sistematização da apregoada Consolidação. Na oportunidade, a Comissão procedeu a realização da Coletânea de Leis Estaduais da 1ª Legislatura, referente ao período de 1947 a 1950, tida como ato inicial de catalogação normativa.

Para que a Comissão dê prosseguimento efetivo com vistas à Consolidação, solicitamos a V. Exa. a indicação de novos membros em substituição aos ex-Deputados, bem como o auxílio especial e permanente de assessoramento técnico, para dinamização precisa das ações de Consolidação, atualização e manutenção futura das normas consolidadas. Importante informar que a intenção é realizar um trabalho moderno, digitalizado e atualizado anualmente para disponibilização à sociedade paranaense e nacional.

Como continuidade do trabalho inicial, outros, a Comissão Especial de Consolidação das Leis do Estado do Paraná, deve objetivar uma ação participativa e compartilhada com os Poderes Executivo e Judiciário, sob coordenação do Poder Legislativo, procedendo as consolidações temáticas tais como: Consolidação das Leis da Saúde Pública; Consolidação das Leis de Transporte e assim por diante, até abrangermos todas as áreas temáticas do arcabouço normativo do Estado do Paraná e suas regulamentações, seguindo a norma desde o nascedouro da eficácia até efetiva e acompanhada aplicação dos efeitos normativos.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 308

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor-Presidente da Paraná Esporte, Ricardo Gomyde, solicitando do mesmo a implantação de Academias da Terceira Idade (ATIs) nos Municípios do Paraná, especialmente no Município de Cianorte, conforme solicitação anexa.

Maringá foi pioneira na instalação das Academias da Terceira Idade e essas instalações vêm trazendo qualidade de vida aos idosos dos bairros maringauenses.

“As ATIs são compostas por conjuntos de 10 (dez) aparelhos contemplando atividades para fortalecer, relaxar, alongar, dar agilidade e promover a flexibilidade da maioria dos músculos do corpo humano. Os idosos são cadastrados e acompanhados pelos profissionais das Secretarias de Saúde e de Esporte e Lazer: professores de Educação Física, fisioterapeutas, enfermeiras e geriatras, que orientam sobre a maneira correta de usar os equipamentos, sendo os usuários avaliados periodicamente.”

Trata-se de programa voltado à comunidade com vistas a prevenção de doenças, bem como à promoção do lazer e do esporte.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 309

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando dos mesmos o funcionamento 24 (vinte e quatro) horas das Delegacias da Mulher, inclusive em feriados e finais de semana.

Durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher, esteve em Curitiba, a Sra. Maria da Penha, que encabeçou e dá nome à Lei Maria da Penha, visando coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

No evento em questão, foi registrado o apelo às autoridades estaduais para que dêem mais atenção aos casos de agressão doméstica, pois é preciso ter consciência que a maioria das agressões sofridas por mulheres acontece à noite e nos finais de semana.

As dificuldades impostas às mulheres vítimas de violência doméstica já são enormes e encontrar a Delegacia Especializada fechada ajuda a desarticular o sistema de proteção gerado com a edição da Lei Maria da Penha.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, solicitando imediatas provi-

dências com relação a pauta de reivindicações da Audiência Pública sobre Segurança da Comarca de Chopinzinho, realizada no dia 08 de março de 2007, em Chopinzinho.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista a caótica situação da segurança pública nos Municípios que pertencem à Comarca de Chopinzinho, como o aumento da criminalidade, a falta de efetivo, equipamentos e de recursos, o que vem colocando em risco a população e afetando a credibilidade no trabalho das Polícias Civil e Militar.

Do aprovado requer ainda, cópia do presente requerimento ao Prefeito, Presidente da Câmara Municipal e Conselho Municipal de Segurança dos Municípios de Chopinzinho, Saudade do Iguaçu, Sulina e São João.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando urgentes medidas no sentido de dotar o Município de Santa Terezinha de Itaipu de um efetivo policial adequado ao número de habitantes do Município.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação se deve ao fato do efetivo hoje existente - Polícia Militar e Polícia Civil - serem insuficientes para dar atendimento às demandas policiais que ocorrem no perímetro urbano e rural de Santa Terezinha de Itaipu.

REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131, parágrafo 3º, IX do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, informações sobre o processo de negociação da renovação da concessão de exploração dos serviços de coleta e tratamento de efluentes domésticos do Município de Araucária-PR, com seus respectivos Termos de Referência que devem incluir planilhas de metas de investimentos de curto e médio prazos a serem realizados no Município.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, deteve nos últimos trinta anos a concessão dos ser-

viços de tratamento, distribuição de água, coleta e tratamento de efluentes domésticos da Cidade de Araucária, que tem uma população de aproximadamente 120.000 habitantes, e uma rede de abastecimento de água que atende 90% de sua população.

Atualmente as duas únicas unidades de tratamento de efluentes domésticos não atendem as normas técnicas e legais de lançamento na bacia hidrográfica municipal; onde apenas 30% da Cidade tem rede de coleta de efluentes domésticos e menos de 20% são encaminhados para tratamento.

REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131, parágrafo 3º, IX do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, informações sobre os investimentos programados para a implantação de rede de coleta e tratamento de efluentes domésticos do Município de Contenda-PR.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, deteve nos últimos trinta anos a concessão dos serviços de tratamento, distribuição de água, coleta e tratamento de efluentes domésticos da Cidade de Contenda, a qual não é atendida minimamente pela coleta e tratamento de seus efluentes domésticos, os quais são lançados no principal córrego que corta a Cidade ao meio, favorecendo a proliferação de vetores que põem em risco a saúde pública daquela população.

REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131 parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Secretário Estadual do Meio Ambiente, Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, informações das propostas encaminhadas ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP sobre a compensação ambiental obrigatória da ampliação e modernização da Refinaria Getúlio Vargas.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento público a ampliação e modernização da Refinaria Getúlio Vargas, localizada no Município de Araucária.

Neste processo, a empresa executou um EIA/RIMA devido ao alto impacto ambiental que esta ampliação poderá causar.

Segundo determinações da Lei Federal 9.985 de 18/07/00, artigo 36, o empreendimento deve obrigatoriamente investir no mínimo 0,5% do valor do empreendimento, no apoio, criação ou manutenção de Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral.

Portanto, entendemos ser de interesse da sociedade, conhecer quais são as propostas de investimento em Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral recebidas pelo IAP, como compensação ambiental obrigatória.

REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131 parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Secretário Estadual do Meio Ambiente, Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, informações sobre como se encontra o processo de implantação efetiva do Parque José Wachowicz localizado no Município de Araucária/PR, que é parte da compensação ambiental pela implantação da Termelétrica de Araucária - UEG.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Parque Estadual de Proteção Integral José Wachowicz foi criado através de Decreto Lei Estadual 5.766/02, como compensação ambiental obrigatória pela instalação da Usina Termelétrica UEG - Araucária.

Hoje a área continua nas mãos de alguns herdeiros que infelizmente mantêm um rebanho de bovinos pastando na floresta de araucárias com mais de trezentos anos, pondo em risco e suprimindo a regeneração da mata secundária existente no imóvel de 119 hectares.

É imperativo a desapropriação do imóvel para salvaguardar a sobrevivência dos espécimes existentes na área, que faz parte do corredor de biodiversidade da alta bacia do Rio Iguaçu e o último remanescente florestal com estas características na Região Metropolitana de Curitiba, tendo em vista que os recursos financeiros da compensação ambiental obrigatória já se encontram depositados desde a época da instalação da Usina Termelétrica UEG - Araucária para o pagamento da referida desapropriação.

REQUERIMENTO Nº 294

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131 parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, Sr. Alcidino Bittencourt Pereira, informações

sobre os estudos e alternativas selecionados para substituição do Aterro da Caximba que terá sua vida útil esgotada no ano de 2008.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Como representante de cidadãos ambientalmente responsáveis, precisamos conhecer e analisar as possíveis alternativas em discussão nas esferas decisórias do Poder Público, ao fechamento anunciado do Aterro do Caximba para o ano de 2008.

Conhecer as possíveis alternativas locacionais de novos aterros ou tecnologias que substituam em parte ou totalmente o aterro sanitário urbano, são necessárias para que este gabinete possa interferir de forma pró-ativa em um processo ambientalmente sustentável.

REQUERIMENTO Nº 295

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para que este forneça informações acerca das linhas de financiamentos existentes e/ou convênios/contratos firmados, entre o Estado e a Corporação, que visem atender os policiais militares em especial.

Informar, também, da existência de empreendimentos na região da COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 303

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, após ouvido o douto Plenário, informações sobre as licitações promovidas por aquela pasta, conforme segue:

1. quantas e quais licitações foram feitas pela SEOP, nos últimos quatro anos. Especificar as respectivas obras, Município por Município;
2. das licitações formalizadas, quantas obras foram executadas, e quantas ainda estão em andamento;
3. quantas obras foram objeto de termos de aditamento. Especificar uma a uma (executadas e em andamento), seus valores originais, constantes das respectivas

licitações e os valores dos correspondentes aos aditamentos.

Sala das Sessões, em 12.03.07.
(a) BANCADA DA OPOSIÇÃO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 094/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º O Poder Executivo do Estado do Paraná promoverá, nos termos desta lei, a informação de todos os índices de violência e criminalidade organizados em banco de dados destinado a instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública no Estado.

Art. 2º O Poder Executivo proporcionará a ampla divulgação, inclusive no Diário Oficial do Poder Executivo, por via digital, internet e em órgãos de imprensa, mensalmente, da evolução dos dados referentes à atividade policial e de todos os índices de violência e criminalidade.

§ 1º Para efeitos do cumprimento da presente lei e para o acompanhamento da evolução destes índices e do comportamento destes indicadores em séries históricas, qualquer modificação na tipificação dos eventos, desmembramento de índices ou qualquer outra modificação na metodologia e nomenclatura das infrações penais, devem ser explicitadas e justificadas.

§ 2º A análise de evolução destes índices, em casos de desmembramento, será feita com a agregação dos indicadores desmembrados, para fins de comparação.

Art. 3º O Poder Executivo disponibilizará mensalmente para consulta na página eletrônica da Secretaria pertinente, os seguintes dados referentes à atividade policial, organizado por região geográfica: Capital, Região Metropolitana e interior:

I - número de ocorrência e de vítimas registradas pela Polícia Civil, por tipo de ocorrência;

II - número de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil, por tipo de delito;

III - número de inquéritos policiais militares instaurados pela Polícia Militar, por tipo de delito;

IV - número de civis mortos em confronto com policiais civis e policiais militares, discriminadamente, especificando os casos acontecidos em serviço ou em folga;

V - número de civis feridos em confronto com policiais civis e policiais militares, discriminadamente, especificando os casos acontecidos em serviços ou em folga;

VI - número de policiais civis, policiais militares e agentes penitenciários mortos, discriminadamente, especificando os casos acontecidos em serviço ou em folga;

VII - número de policiais civis, policiais militares e agentes penitenciários feridos, discriminadamente, especificando os casos acontecidos em serviço ou em folga;

VIII - número de pessoas presas pela Polícia Civil e pela Polícia Militar, especificando os casos decorrentes de flagrantes e os casos decorrentes de mandado de prisão;

IX - número de armas de fogo apreendidas pelas Polícias Civil e Militar, discriminadamente, especificando o tipo de arma;

X - quantidade de drogas apreendidas, especificando o tipo de droga;

XI - número de carros roubados e furtados recuperados.

Art. 4º Os dados referentes ao mês encerrado devem ser publicados na Página Eletrônica da Secretaria de Estado pertinente, no máximo 15 (quinze) dias após seu término, devendo permanecer disponíveis durante um período mínimo de três anos.

Art. 5º O Poder Executivo disponibilizará mensalmente para consulta no Diário Oficial do Poder Executivo, por via digital, internet e em órgãos de imprensa, mensalmente, as informações referentes aos procedimentos instaurados com a finalidade de apurar os crimes de extorsão, extorsão mediante seqüestro, extorsão com momentânea privação da liberdade da vítima, roubo com condução da vítima para saques em instituição financeira e tortura, originados a partir de denúncias na Ouvidoria da Polícia, Corregedorias Internas da Polícia Militar e Civil e Corregedoria Geral Unificada.

Parágrafo Único. Também devem ser divulgados os resultados destes procedimentos instaurados, demonstrando claramente as sanções aplicadas.

Art. 6º Os delitos referentes à extorsão mediante seqüestro, extorsão com momentânea privação da liberdade da vítima, roubo com condução da vítima para saques em instituição financeira deverão ser publicados agrupados, dada à semelhança natural entre os mesmos delitos.

Art. 7º A não observância dos preceitos da presente lei pelos administradores públicos acarretará a responsabilização dos mesmos de acordo com a legislação penal e administrativa vigente.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa regulamentar a gestão da informação na esfera da Segurança Pública em nosso Estado, garantindo a transparência dos índices de

violência e possibilitando o estudo e a adoção de mecanismos eficazes de prevenção e combate ao crime.

PROJETO DE LEI Nº 095/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º Fica autorizado, o Governo do Estado do Paraná, a efetuar doação dos veículos da frota do Estado, dispensados pela administração, às entidades filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º A quantidade de veículos e os requisitos para o recebimento dos mesmos serão fixados através de portaria expedida pela Secretaria de Estado da Administração.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

As entidades filantrópicas sem fins lucrativos que desempenham atividades relevantes à comunidade paranaense, devem ser merecedoras de tratamento diferenciado por parte do Governo do Estado.

Com certeza, a Administração poderá destinar veículos que iria dispensar a entidade que necessitam e que poderão desempenhar de modo mais eficaz as suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 096/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º Fica autorizado, o Governo do Estado do Paraná, a instituir o Programa de incentivo à separação do lixo doméstico, com o incentivo aos Municípios de Colombo, Itaperuçu, Campina Grande do Sul, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Quatro Barras, Piraquara e Almirante Tamandaré.

Art. 2º O Governo do Estado do Paraná, deverá criar programas e ações, incentivando inclusive a implantação de usinas de reciclagem, e a efetivação de cooperativas de recicladores.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A reciclagem dever ser incentivada em todo o Estado do Paraná. Esta região que faz parte da Região Metropolitana de Curitiba necessita de uma atenção

maior no seu controle e educação ambiental no que se refere à geração de resíduos sólidos urbanos.

Tal medida beneficiará não só a população da Cidade, mas também toda a comunidade que vive na Região Metropolitana de Curitiba, pois o manancial desta região também será protegido.

PROJETO DE LEI Nº 097/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º O território do Estado do Paraná é patrimônio natural de seus habitantes e sua conservação e preservação são responsabilidade de seus moradores, para com as presentes e futuras gerações.

Art. 2º Os loteamentos licenciados pelo Poder Público devem obrigatoriamente ser projetados de forma que os cursos hídricos e nascentes existentes na área do loteamento tenham em seu entorno uma área mínima, conforme especifica o Código Florestal, Lei 4.771/65. Após esta faixa de preservação de mata ciliar será construída a rua com as pistas de rodagem específicas de acordo com o Plano Diretor de cada Cidade.

Art. 3º As redes de esgoto, energia elétrica, telefonia e água serão implantadas nas vias públicas após as faixas de preservação permanente dos referidos loteamentos.

Art. 4º A manutenção e integridade física da área de preservação é de responsabilidade do Poder Público Municipal.

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No processo de urbanização das cidades, os loteamentos sempre foram direcionados para ficarem de costas para as micro-bacias. Com o crescimento acelerado das Cidades, essas micro-bacias sofreram uma degradação motivada pela ocupação irregular das áreas de preservação permanente, com lançamento de resíduos sólidos e efluentes domésticos sem tratamento, provocando a destruição, obstrução e descaracterização das áreas de preservação permanente das micro-bacias hidrográficas do Estado do Paraná.

A presente proposição objetiva a implementação de corredores de preservação permanente nas micro-bacias hidrográficas urbanas, assim possibilitando que os novos loteamentos fiquem defronte a parques verdes, favorecendo a micro e macro drenagem urbana, impe-

dindo a ocupação irregular destas áreas de preservação permanente e melhorando a qualidade de vida da população, além de construir um bem público de domínio de toda a coletividade.

Este projeto está amparado na Constituição Estadual conforme os artigos 151, IV e VI; 152, parágrafo 1º, IV e V; 207, parágrafo 1º, XII; 210, parágrafo único, III e IV e o artigo 211.

PROJETO DE LEI Nº 098/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação San Julian, Amigos e Colaboradores, com sede no Município de Piraquara, sem fins lucrativos, com caráter de organização social de interesse público, tem por finalidade, apoiar de forma integrada, ações e iniciativas que venham a contribuir com a melhoria de qualidade de vida do portador de transtorno mental e comportamental.

A documentação anexa ao presente demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/87 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 100/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 13.136, de 03 de maio de 2001, que alterou a Lei nº 12.868, de 24 de maio de 2000, que declarou de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Basquetebol Master, com sede e foro nesta Capital.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da entidade decla-

rada de Utilidade Pública pela Lei nº 12.868, de 24 de maio de 2000, alterada pela Lei nº 13.136, de 03 de maio de 2001, que declarou de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol, que passou a denominar-se Associação Paranaense de Basquetebol Master, atendendo deliberação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2006.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 101/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º Fica alterado ao artigo 2º, da Lei nº 15.352, de 22 de dezembro de 2006, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam homologados os procedimentos adotados pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de conformidade com o disposto nas Leis nºs 13.212 e 13.214, de 29 de junho de 2001, no período de suas vigências.”

Art. 2º Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 15.467, de 09 de fevereiro de 2007, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Poder Executivo cancelará eventuais créditos de ICMS relativos a estornos proporcionais decorrentes de diferença de tributação, nas operações internas interestaduais, com relação aos produtos de informática, automação e telecomunicação que atendam às disposições do artigo 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, relacionados em portaria conjunta dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Fazenda, baixada por força do artigo 6º do Decreto Federal nº 792, de 02 de abril de 1993, ou artigo 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.885, de 26 de abril de 1996 e suas posteriores alterações.

§ 1º O cancelamento dos eventuais créditos abrangerá as operações com produtos de informática e automação promovidas por estabelecimento industrial que fabrique ao menos um produto que atenda aos requisitos das leis federais citadas no *caput* deste artigo.

§ 2º O cancelamento dos eventuais créditos abrangerá as operações de saídas internas e interestaduais de software, personalizado ou não, exceto em relação ao valor dos suportes informáticos, mouse, eprons, placas e materiais similares.

§ 3º Fica atribuída à Secretaria de Estado da Fazenda a competência para determinar, de ofício, ou a requerimento do interessado, o cancelamento dos créditos tributários aludidos no *caput* deste artigo e nos pará-

grafos anteriores, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS

PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei para corrigir a numeração das leis que iriam homologar procedimentos adotados aos contribuintes do ICMS pela Lei nº 15.352, de 22 de dezembro de 2006, por erro de digitação foi incluída a Lei nº 13.213 (que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação), quando o correto seria a Lei nº 13.214 (que introduziu alterações na legislação do ICMS).

Além desta correção, é necessária a elaboração de dispositivo que altere o artigo 2º da Lei nº 15.467, de 09 de fevereiro de 2007, para suprir possíveis divergências interpretativas com leis federais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovar a proposição em tela e assim evitar enormes prejuízos aos contribuintes paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 102/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a disciplina Curso Profissionalizante, como disciplina obrigatória na grade curricular do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 2º A disciplina de Curso Profissionalizante tem por objetivo proporcionar ao educando a oportunidade de conhecer e aprender uma profissão, que poderá mais tarde ser utilizada na sua vida profissional.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Educação, nas formas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, fixado pelo Conselho Nacional de Educação, estabelecerá:

- I - o programa curricular e a proposta pedagógica;
- II - estabelecer a carga horária na grade disciplinar;
- III - promover a qualificação docente dos professores habilitados a disciplina de Curso Profissionalizante.

Art. 4º A Secretaria Estadual de Educação tomará as demais medidas necessárias à implantação desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei vem em consonância com os preceitos imbuídos na Constituição Estadual no que concerne ser a educação um direito de todo o cidadão e um dever do Estado para com o mesmo cidadão, no sentido de proporcionar a ele preparo para o exercício de cidadania e qualificação para trabalho. Tal meta deve estar contida no Plano Plurianual de Educação.

Outrossim, a Constituição Estadual cita ser dever do Estado a profissionalização do adolescente e dando-lhe direito a estágio remunerado em instituições públicas estaduais. Contudo, a realidade econômico-social do nosso Estado não compartilha dos mesmos ideais republicanos. É notória a dificuldade que os adolescentes têm para conseguir emprego, pois sempre é exigido experiência e capacidade profissional. O binômio estudos-trabalho nem sempre é conciliável, já que muitas vezes o aluno adolescente tem que optar entre um deles para obter sucesso.

Assim, se o Estado proporcionar ao aluno adolescente um conhecimento técnico enquanto faz seus estudos, ao sair da escola poderá conseguir se empregar cumprindo as exigências do mercado de trabalho quanto aos requisitos de capacitação profissional e experiências na área que deseja atuar.

Pelo acima exposto, esperamos poder contar com o apoio necessário para que este meritório projeto possa ser aprovado pelos Pares desta Casa de Leis.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Mais uma vez subo a esta tribuna em nome dos Deputados, dos Parlamentares desta Casa, dos funcionários desta Assembléia Legislativa, assim como de todos aqueles que a esta Casa vêm, para publicamente agradecer ao Prefeito Beto Richa por atender a nossa reivindicação. Nós, que há cerca de cinco meses atrás estivemos pessoalmente no gabinete do Prefeito, entregando um abaixo-assinado feito por mais de 350 funcionários desta Casa e alguns outros paranaenses que aqui vêm frequentemente, solicitando uma atenção especial para que se fosse desenvolvido um projeto para reduzir a velocidade dos carros que circundavam a Assembléia Legislativa.

Nesse final de semana, e hoje todos nós já pudemos comprovar, está aí sendo instalada uma lombada, um redutor de velocidade com uma vasta sinalização visual, com placas e outros instrumentos de visibilidade, a fim de que se diminua a velocidade dos veículos que por ali

transitam. Todos que já precisaram atravessar esta rua ou para pegar o carro ali no estacionamento ou para ir ao Palácio ou por qualquer outro motivo, sabem muito bem do que nós estamos falando.

Então, de forma muito alegre e objetiva nós ocupamos mais uma vez a tribuna desta Casa, para agradecer ao Prefeito, agora, finalmente, pela conclusão desta obra que não é uma obra de grande porte, mas que sem dúvida alguma, é uma obra de importância para todos nós que passamos muitas horas da nossa vida, a cada dia aqui nesta Casa e que por muitas vezes temos que atravessar esta via e que em algumas situações tínhamos que acelerar o passo, tínhamos que correr, porque vinha um carro, porque vinha um ônibus, porque vinha uma motocicleta em alta velocidade, colocando em risco a vida de muitos que por ali passavam, seja de forma mais acentuada ou menos.

Então, nosso agradecimento público ao Prefeito Beto Richa por ter atendido esta reivindicação da Assembleia Legislativa, dos funcionários, dos Deputados e que nós, pessoalmente fizemos em nome de todos aqueles que assinaram o abaixo-assinado e que foi entregue por nós.

Nosso muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário do PT, concedo a palavra ao Deputado Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras.

Eu me inscrevi para fazer um comentário a respeito de uma reportagem da Gazeta do Povo, onde o Conselheiro Nestor Baptista faz uma infeliz menção à nossa ex-candidata ao Senado, a Gleisi e ao Ministro Paulo Bernardo, sobre o assunto do nepotismo. Eu acho que foi infeliz, porque vários exemplos podiam ser ter sido usados, menos este, porque a Gleisi fez parte do Governo de transição do Lula e ela foi convidada para a Diretoria Financeira da Itaipu Binacional, muito antes de o Paulo Bernardo se tornar Ministro. Ele havia sido eleito Deputado Federal. Ela foi convidada, pela sua competência técnica que é do conhecimento de todos, para a Diretoria Financeira da Itaipu e diga-se de passagem a Itaipu não tem ligação e nem é subordinada ao Ministério do Planejamento.

A Itaipu Binacional é ligada diretamente à Presidência da República. Ela foi convidada pelo Presidente Lula para exercer aquela função. E também o Ministro

Paulo Bernardo foi nomeado Ministro do Planejamento e continua até hoje, para orgulho de nós paranaenses, e continua até hoje fazendo um bom trabalho dialogando com todos os setores da sociedade.

Não seria esse o caso de caracterizar como nepotismo. Também informo que a Gleisi, já faz praticamente um ano que ela não exerce mais a função na Diretoria da Itaipu Binacional.

Era isso, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O Brasil acompanhou no final de semana a presença em nossa pátria do Presidente dos Estados Unidos, Sr. George W. Bush.

É inegável o tratamento fraternal entre os povos brasileiros e americanos. É muito grande a procura de brasileiros por empregos, por negócios, por turismo nos Estados Unidos. Isso não significa, no entanto, que seja ou tem sido uma aprovação a figura do ocupante da Casa Branca, repudiado em todos os Países por onde passou.

Nesta tarde, aproveitando a visita do ilustre ex-Deputado José Maria, quero render uma homenagem ao ex-colega, um dos mais brilhantes parlamentares desta Casa, meu adversário político. Mas lamento, Deputado José Maria, que por esses percalços, pelo partido que V. Exa. estava, o contingente de votos foi muito expressivo, não tenha sido suficiente para a sua permanência aqui. Se fosse em qualquer outro Partido o Deputado José Maria teria sido reeleito com folga de votos.

Seja bem-vindo a esta Casa.

Sr. Presidente, lamentamos a situação em que vive o nosso povo brasileiro. Temos visto a estatística do IBGE, desemprego aumentando, salário sendo achatado, tentativa de sufocar o funcionalismo público da área de saúde, querendo impedir a força de fazer greve para reivindicar os seus direitos.

O País vive um momento de empobrecimento. Uma pequena minoria se destaca, até um ou outro brasileiro aparecendo na Revista Forbes, dentro dos mais ricos do mundo. Mas a realidade no geral é que o nosso povo está pobre. Falta emprego, falta condição de uma vida melhor. E o que aproveitamos nesta tarde, na abertura dos trabalhos desta semana, Deputado Nelson Justus, para lamentar como Deputado, como brasileiro, é o apoio muito consistente que o Governo Federal tem dado aos poderosos banqueiros do nosso País. Vi há poucos dias o Bradesco apresentando um lucro, pasmem senhoras e senhores, de seis bilhões de reais, em apenas doze meses. E isto, tirando tudo o que eles poderiam gastar em mordomias de diretores, de ampliação do próprio banco. É o

que sobrou. Sobrou no caixa a quantia exorbitante de seis bilhões de reais.

Analisando o lucro do Banco Itaú, do Banco Econômico, vemos com tristeza, com dor no coração, que nunca os banqueiros engordaram tanto seus bancos como nos últimos anos. Mas à custa de quem? À custa da miséria do nosso povo. Hoje está de um jeito que até passar na porta do banco, ele já lança alguma coisa, debita alguma coisa na nossa conta. Para fazer um cadastro, tem que pagar. O pobre, se abrir uma conta no banco, nem talão de cheques recebe. Aliás, o banco está até dispensando o trabalhador de baixa renda, quem ganha mil, dois mil reais, não consegue sequer abrir uma conta bancária. E, se conseguir, por deferência, por gentileza, nem talão de cheque eles querem dar.

E o brasileiro de baixa renda, que emite um cheque de até quarenta reais, tem que pagar uma multa para o banco. Então, o pobre, o “baixa renda”, é proibido ter conta nesses bancos. É cadastro, é cheque especial, onde os bancos cobram mais de 150% de juros ao ano, e muito mais do que a taxa de juros, Presidente Nelson Justus, V. Exa. é um abençoado por Deus, não depende de estar se humilhando perante os bancos, mas quanta gente vai ali no sufoco e para fazer um empréstimo, para conseguir um cheque especial, eles empurram um monte de entulhos: é seguro, é fundo disso, é fundo daquilo. Não é obrigado a fazer. Como o banco também não é obrigado a emprestar dinheiro. Se você não faz o fundo ou não compra a ação ou não faz um seguro, você também não leva o empréstimo para casa ou não sai com o cheque especial.

E daí vêm os milhões de brasileiros, que por falta de um ou dois reais na conta, essa desgraça se chama SERASA, que está aí e que gostaríamos que o Ministério Público Federal investigasse o SERASA, que hoje se transformou num órgão financiador da campanha de vários políticos brasileiros.

Tem gente que imagina que o SERASA é do Banco Central, que é do Governo, que é estatal. Não é nada. É particular, ganhando fortunas, para desgraçar, para “jogar farofa” no nome de milhões de brasileiros. Se o cidadão não tem lá um real para completar o valor do cheque, eles carimbam, devolvem, encerram a conta, cortam o crédito do cliente em todo o Brasil. Isto tudo com a ação do SERASA, que age hoje de maneira inescrupulosa, sem nenhuma fiscalização do Governo, protegida pelo Banco Central.

Eu gostaria, Presidente Nelson Justus, que o brasileiro fosse mais respeitado, que não se cortasse a conta bancária, o crédito de milhões de brasileiros e brasileiras, como eles estão fazendo, para arranjar dinheiro para financiar os candidatos a Deputado, Senador, a Governador e quem sabe, até, a Presidente da República.

Saiu, recentemente, em revista nacional, este SERASA maldito, o relatório de financiamento que ele deu para as campanhas eleitorais em nosso País. Eu quero, Sr. Presidente, ver o dia em que possamos ocupar a tribuna para elogiar os bancos, não por lucros exorbi-

tantes, à custa de depressão. Quanta gente está aí gastando o que não tem, tomando remédio toda noite, porque se enterrou, se endividou com dívida na rede bancária brasileira.

Eu me recordo que o Presidente Lula, quando esteve em Londrina, numa exposição, alguém pediu para ele caminhar em direção à platéia, ao povo que estava na arquibancada no Parque Ney Braga, e a certa altura, quando o Lula estava caminhando em direção ao povo, o assessor cochichou: “Presidente, no quiosque ali ao lado está o Presidente do Bradesco”.

Adivinhe, Sr. Presidente Nelson Justus, Lula estava indo em direção ao povo, quando o assessor cochichou que mais ali, no outro canto, estava o Presidente do Bradesco, V. Exa. já matou a charada, o Lula deixou o povo para depois e foi primeiro “festar” com o Presidente do Bradesco.

Quem está governando este País, com grande força, inegavelmente, são os banqueiros. E volto a repetir, Sr. Presidente, à custa de depressão, de doença. Fico imaginando quantos brasileiros devem estar no cemitério, que morreram deprimidos, sufocados pelas dívidas que contraíram e que não puderam pagar. Na região de Apucarana, me lembro de um cidadão dono de um posto de gasolina, vinha vindo o trem, ele parou seu carro para esperar o trem passar e quando o trem estava passando, o proprietário deste posto de gasolina desceu do carro e se atirou debaixo do trem. A família foi procurar o porquê de o chefe da casa ter praticado o suicídio. Ele deixou uma carta: porque ele estava endividado no banco e não tinha mais como pagar.

Outro dia, em Recife, vi na imprensa nacional, um cidadão que dava à família um padrão de vida confortável e a família imaginando que ele estivesse bem de dinheiro, de repente, ele se jogou no mar e só daí a família foi constatar que ele era mais um brasileiro escravo deste sistema de banco, que não é adequado ao padrão de vida do nosso povo.

É um absurdo vermos um cheque especial ser cobrado mais de 150% de taxa por ano, fora as “bijouteiras” que os bancos empurram na cabeça de seus clientes. Se tem alguém que deve ser bem amigo do capeta, eu fico imaginando que o inferno deve estar lotado de banqueiros, porque eles agem com a maior frieza, não respeitando a miséria, as dificuldades por que passa o nosso povo.

O SR. DR. BATISTA (PMN) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do jornalista sócio-proprietário do jornal Hoje Maringá, que esteve hoje em nosso gabinete e está presente à nossa Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo.

No Horário destinado à Liderança do PDT, concedemos a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fiz um requerimento e na verdade é um assunto que eu quase nunca tratei aqui nesta tribuna, embora fizesse parte, muitas vezes, das comissões e discussões aqui na Assembléia, enfim, de requerimentos apresentados por Deputados. Ouvi estes dias atentamente o requerimento apresentado pelo Deputado Edson Praczyk, que colocava uma situação com relação à questão da segurança pública. Mas, fiz um requerimento de um assunto extremamente importante, que aliás foi um dos embates que tivemos, na eleição para o Governo do Estado.

Na eleição, houve uma discussão muito grande de quantos policiais estavam na ativa, qual era o efetivo que realmente estava atuando no nosso Estado, qual teria sido o aparelhamento que foi feito da polícia para que ela pudesse suprir as necessidades da população.

Ao registrar a presença do Prefeito de Chopinzinho, Vanderlei Crestani, quero dizer que estive em Chopinzinho, na noite de quinta-feira, em uma audiência pública envolvendo aquela Comarca, que tem sob sua jurisdição cinco Municípios. Lá o que nós vimos foi algo estarrecedor. O Prefeito, antes de chegar à audiência pública, recebeu em seu carro um bilhete de alguém que fazia uma denúncia. Essa pessoa não tinha coragem de fazer a denúncia para a polícia.

Quase todas as pessoas que estavam na audiência, no auditório da Câmara Municipal, que lotavam os lugares que estavam disponíveis, foram vítimas de assaltos, de arrombamentos, de todo tipo de crime que tem ocorrido naquela região que, lamentavelmente, não temos visto as providências serem tomadas. A própria Prefeitura de Chopinzinho teve um trator roubado. Não foi descoberto pela polícia onde estava o trator. A Prefeitura colocou pessoas que pudessem fazer uma averiguação e localizou o trator, comunicou à polícia, mas os policiais não quiseram ir buscar onde o trator estava. Então, chegamos ao limite de as pessoas não confiarem em absolutamente ninguém. Há um clima total de insegurança entre a população.

Eu sei que ao falar de segurança pública nós vamos ouvir a seguinte conclusão de sempre: “o crime está universalizado. É uma questão que assola o nosso País.” É verdade, mas já se foi o tempo em que no interior do Paraná, nas Cidades de médio porte, as pessoas passeavam tranqüilamente pelas ruas; deixavam a porta do quarto aberta ao se deitar à noite; deixavam a porta da sua casa aberta. A situação é tão caótica que nós vemos que ninguém mais consegue uma festa na comunidade. Não se pode mais ir à missa. Criou-se uma alternativa: metade da família vai à missa e a outra metade fica em casa, porque é um número absurdo de assaltos aos agricultores que tem acontecido na nossa região.

O representante do 3º Batalhão da Polícia Militar, que tem sede em Pato Branco, colocou que, realmente, há

uma dificuldade com relação a tudo o que está acontecendo. O Delegado de carreira que assumiu a delegacia, porque lá é Comarca, disse que, infelizmente, nos finais de semana, não é possível fazer um boletim de ocorrência porque não tem funcionário. Vimos que foram retirados os carros, porque o Governo Lerner alugou os carros e aí, me parece, há uma situação de total dificuldade de encaminhar qualquer solução para questão de segurança pública.

Vou encaminhar um requerimento onde consta tudo que foi colocado na audiência. Estou mandando o requerimento ao Secretário de Segurança, com cópia ao Governador, porque o Governador, toda vez que se pronuncia fala da questão de segurança pública como se estivesse tudo sob controle, e nós vemos que há uma situação de total insegurança por parte da população que, antes, era um triste privilégio das Cidades grandes.

Hoje, vemos que as pequenas Cidades, as comunidades do interior, recebem todo dia um assaltante. Não há nenhum dia que não esteja ocorrendo assaltos nas pequenas propriedades das comunidades do interior, roubando insumos, produtos e, muitas vezes, apenas e tão somente máquinas que acabam sendo tiradas das propriedades e não se tem absolutamente nenhuma providência que possa minimizar essa situação. Não tem patrulha rural que, aliás, é uma reivindicação colocada aqui, não têm policiais para fazer a investigação, enfim é uma situação extremamente preocupante.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Agradeço, Deputado Zucchi, e parece-me que V. Exa. percorreu a região de União da Vitória também, porque se eu fosse relatar aqui o que está acontecendo na região de Irati, Laranjeiras do Sul, União da Vitória, que são regiões que represento, não é diferente. Não tem carro, não tem policiais, não tem segurança. E V. Exa. disse muito bem: antigamente, o privilégio de ter segurança e tranqüilidade eram as Cidades pequenas; hoje nem os pequenos Municípios têm essa segurança.

Hoje é uma preocupação constante.

Imagem como estão as Cidades grandes.

Então, me somo ao seu pronunciamento e espero que sua voz consiga chegar até o Governador do nosso Estado e que o Governador não só ouça o Secretário na sua Escolinha. Outro dia vi o relato do Secretário de Segurança na Escolinha e me parece que o Secretário não é Secretário do Paraná. Parece que ele não está vivendo no Paraná. Ele está vivendo num outro País de primeiro mundo, mas a segurança do nosso Estado não é aquela relatada na Escolinha do Governador.

Obrigado pelo aparte.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Agradeço o aparte de V. Exa. e é o que realmente se comenta: que há uma situação semelhante, pior quem sabe, em vários locais do Paraná.

Agora, vi o Delegado falando que veio da região de Campo Mourão e dizia que lá também a situação é muito parecida. Só que verifiquei o seguinte: a nossa região, a Deputada Luciana pode me ajudar nisso, não é uma região extremamente cordial que vai se fazendo uma reunião e vai ficando para lá. As pessoas lá têm poder de indignação muito grande. Estou percebendo que está havendo uma mobilização dos agricultores com relação a esta questão, porque está muito complicado, ninguém pode sair de casa. E, acho que isso vai tomar um rumo que não é bom nem para os nossos agricultores, nem para a segurança pública do Estado, nem para a nossa sociedade, porque na verdade, quem tem que fazer a segurança, é sem dúvida nenhuma a polícia, porque ela tem prerrogativa legal para isso.

Agradeço a V. Exa. Deputado Nelson Justus e peço aos nossos Deputados que nos ajudem a aprovar este requerimento porque coloca toda a situação para o Secretário e para o Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PL/PRB/PV; Bloco PPS/PMN;
Liderança do Governo; Liderança da Oposição.
(Todos declinaram)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, devidamente apoiada, constante do expediente.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, eu recebi por conta da assessoria da Mesa a proposta de Emenda à Constituição, formulada pelo Deputado Edson Praczyk, mais um conjunto de 21 Deputados. Eu queria dizer a V. Exa., em função do rigor que essa Presidência tem tido em relação ao amor e o respeito ao Regimento e dizer que essa proposição tem que ser devolvida ao autor, para que ela cumpra as formalidades previstas no nosso Estatuto, no artigo 117, parágrafo 5º, porque não há justificativa junto com a emenda que a Mesa forneceu à Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pois não, Deputado Romanelli.

Efetivamente que o artigo 117, parágrafo 5º, reza que as justificativas têm que estar anexas à PEC. Não sei por que razão, mas esse projeto há a justificativa do Deputado Edson Praczyk.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Foi o que eu disse: a assessoria da Mesa forneceu sem justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O outro projeto, me parece do Deputado Antonio Belinati, devolvemos ao autor para que viesse com a justificativa. Mas a do Deputado Edson Praczyk há justificativa, sim.

A assessoria me esclarece que quando os Deputados entregam a cópia, entregam só o corpo e não a justificativa. Então, ficou a justificativa de fora. Mas a do Praczyk há a justificativa. **Portanto, dou por recebido o protocolo, publico em avulso no Diário da Assembléia, para conhecimento dos Srs. Deputados e ao Departamento Legislativo, para providências.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Eu solicitaria que a Mesa, quando fornecesse à nossa assessoria o fizesse na integralidade, porque o processo legislativo é justamente composto das formalidades, que são fundamentais para que possamos ter toda a legalidade desse processo.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Em relação ao mesmo assunto, a Mesa pode receber essa documentação sem a justificativa?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não deve receber, porque está faltando documento, razão pela qual devolvemos ao autor de uma das PECs e a outra, não, porque a do Praczyk existe a justificativa.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Quando saem da mesa, esses requerimentos, a documentação que é entregue a V. Exa., à Mesa, não pode vir faltando, fracionada, porque pode haver indução ao erro por nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus e Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 03/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera dispositivo do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (artigo 30). COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA COMISSÃO EXECUTIVA NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovadas as emendas 01, 02, e 03. Aprovado o Substitutivo Geral.**

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 03/07

Fica alterado o inciso XIII do artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 30...

XIII - Comissão de Fiscalização da Assembléia e Assuntos Municipais;”

Fica acrescido inciso VII do parágrafo 13 do artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“VII - aspectos relacionados a Municípios e que digam respeito aos critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o Estado; criação, fusão, desmembramento de Municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, Região Metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de Municípios, bem como solicitação de informações e documentos para

instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.”

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoioamento:

Antonio Belinati, Reni Pereira, Carlos Simões, Elio Rusch e Dr. Batista.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Fica acrescido inciso XIX ao artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 30...

XIX - Comissão de Assuntos Metropolitanos.”

Fica acrescido parágrafo 19 ao artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“§ 19. À Comissão de Assuntos Metropolitanos compete manifestar-se sobre todas as proposições relativas às Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas públicas dos Municípios do Estado do Paraná.”

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

Apoioamento:

Nelson Justus, Luciana Rafagnin, Luiz Cláudio Romanelli e Alexandre Curi.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Fica incluído parágrafo único ao artigo 30 do Projeto de Resolução nº 03/07, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que compõe-se de treze membros.”

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

Apoioamento:

Plauto Miró, Tadeu Veneri, Marcelo Rangel e Luiz Fernandes Litro.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/07

Emenda ao Projeto de Resolução nº 03/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera dispositivo do Regimento Interno desta Assembléia.

Adite-se parágrafo único ao artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, modificado pelo artigo 1º do Projeto de Resolução nº 03/07, ficando da seguinte forma:

“Art. 30 ...

Parágrafo Único. As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que compõe-se de treze membros.”

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) ELTON WELTER
WALDYR PUGLIESI

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Nelson Justus e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo único, do artigo 30, trata da composição das Comissões Permanentes, e já consta no atual Regimento Interno, portanto, deve ser incluído na alteração proposta.

COMISSÃO EXECUTIVA
EMENDAS AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/07

P A R E C E R :

O Projeto de Resolução nº 03/07, de autoria da Comissão Executiva, recebeu três emendas na Sessão Plenária do dia 06 de março de 2007.

A primeira, de autoria do Deputado Artagão Júnior, restabelece na Comissão de Fiscalização da Assembléia, a expressão “Assuntos Municipais” e atribuições relativas ao tema.

A segunda, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, cria a Comissão de Assuntos Metropolitanos.

A terceira, de autoria dos Deputados Osmar Bertoldi, Elton Welter e Waldyr Pugliesi, inclui parágrafo único ao artigo 30, que dispõe da composição das Comissões Permanentes.

Chamada a opinar, a Comissão Executiva apresenta parecer favorável às emendas, na forma de Substitutivo Geral, por entender que as mesmas proporcionarão melhorias aos trabalhos legislativos desta Casa de Leis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/07

Art. 1º O artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Comissões Permanentes são:

- I - Comissão Executiva;
- II - Comissão de Constituição e Justiça;
- III - Comissão de Finanças;
- IV - Comissão de Orçamento;
- V - Comissão de Tomada de Contas;
- VI - Comissão de Agricultura;

VII - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VIII - Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia;

IX - Comissão de Segurança Pública;

X - Comissão de Saúde Pública;

XI - Comissão de Redação;

XII - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;

XIII - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais;

XIV - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania;

XV - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente;

XVI - Comissão de Indústria, Comércio e Turismo;

XVII - Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais;

XVIII - Comissão de Defesa do Consumidor;

XIX - Comissão de Assuntos Metropolitanos.

Parágrafo Único. As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça que compõem-se de treze membros.

Art. 2º O artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º À Comissão Executiva compete:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de serviços do Poder Legislativo, da sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar concorrência e demais licitações;

VI - autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI - autorizar a realização de concurso público;
XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário;
XIII - formalizar, através de Ato da Comissão Executiva, os procedimentos previstos nos incisos II, III, IV e XI e outros pertinentes à administração interna da Assembléia Legislativa.

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

- I - criação de Municípios;
- II - incorporação, fusão e desmembramento de Município;
- III - perda de mandato de Deputado;
- IV - transferência temporária da sede do Governo;
- V - organização dos Poderes do Estado;
- VI - Ministério Público;
- VII - intervenção nos Municípios;
- VIII - alterações de códigos;
- IX - organização e divisão judiciária;
- X - declaração de Utilidade Pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras Comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de quinze dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima Comissão.

§ 3º À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública: sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de setembro de 1986.

§ 4º À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o Projeto de Lei Orçamentária tomando como base

o orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas: tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 6º À Comissão de Agricultura, compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal; irrigação e insumos.

§ 7º À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo; interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

§ 8º À Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular; sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científico do Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

§ 9º À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10. À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11. À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12. À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam a conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

§ 13. À Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais terá as seguintes atribuições:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III - não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV - entendendo o Tribunal de Contas que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V - se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos do artigo 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI - fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VII - aspectos relacionados a Municípios e que digam respeito aos critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o Estado; criação, fusão, desmembramento de Municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, Região Metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de Municípios, bem como solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.

§ 14. À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos, relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

§ 15. À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente compete: manifestar-se em proposições cujo objeto seja de interesse da mulher; debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina; apoiar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência; apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social,

política e cultural. No que tange à criança e ao adolescente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como todas as matérias relacionadas à adoção das políticas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.

§ 16. À Comissão de Indústria, Comércio e Turismo compete manifestar-se sobre as proposições sobre matérias relativas à indústria e comércio, ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

§ 17. À Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais compete manifestar-se sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e relações internacionais em geral.

§ 18. À Comissão de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

§ 19. À Comissão de Assuntos Metropolitanos compete manifestar-se sobre todas as proposições relativas às Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas públicas dos Municípios do Estado do Paraná.

§ 20. Ficam estabelecidas a todas as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa, além dos preceitos contidos no Regimento Interno, as seguintes competências comuns:

I - dar pareceres conclusivos sobre proposições, em qualquer fase da tramitação processual legislativa, manifestando-se em todas as matérias correlatas a sua área temática, quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais e principalmente sobre o mérito e oportunidade das questões, podendo propor emendas, arguindo e analisando o interesse público, procurando sempre aumentar a qualidade dos resultados legislativos;

II - promover estudos relativos à sua área temática, detectando problemas e apontando soluções, promovendo conferências, palestras e seminários;

III - solicitar à Secretaria Estadual ligada diretamente a sua área temática, relatórios semestrais sobre suas atividades, dando ciência ao Plenário da Assembléia;

IV - solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

V - receber petições, reclamações ou representações de qualquer cidadão, contra atos ou omissões de autoridade, sejam de instituições públicas ou privadas;

VI - promover audiências públicas com entidades civis em qualquer lugar do território paranaense;

VII - solicitar a Mesa Executiva o encaminhamento de convocação de Secretário de Estado para prestar pessoalmente informações sobre assuntos de responsabilidade de sua pasta;

VIII - propor ao Plenário da Assembléia, através de requerimento fundamentado, pedido de informações a Secretário de Estado;

IX - detectar dentro de sua área temática de atuação, atos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar, ou dos limites impostos por delegação legislativa, para se necessário, proceder a sustação do ato nos termos do inciso XXVI do artigo 54, da Constituição Estadual;

X - solicitar diligências, sejam através de audiências ou pedido de colaboração de órgãos ou entidades públicas e privadas, a fim de melhor executar suas atividades, diligências estas que não implicarão em dilação de prazos regimentais para pronunciamentos relativos a proposições em trâmite nas Comissões.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 04/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2007. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2007, conforme Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.03.07.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner e Ribas Carli Filho.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 036/07

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 036/07, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de janeiro e fevereiro de

2007, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supra, concluo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas apresentadas, deliberando pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Isto posto, decide este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 06.03.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

Discussão Única (Proposições)

ITEM 03

Discussão Única - da Proposição nº 17/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 556/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel de Matrícula nº 7514, situado no Município de Janiópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 365/06.

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 449/06, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 556/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado pela própria administração estadual e face à inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da iniciativa, tendo em vista que, não tendo sido o Chefe do Poder Executivo, fere os artigos 66 e 87 da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 556/06 encontra-se publicado no DA nº 136/06, de 04/12/06, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 17/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 556/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, vetado pelo Governador do Estado,

tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão de determinado imóvel ao Município de Janiópolis.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação do item 3 da pauta, ressaltando que os Deputados que votarem a favor do veto, votam com a expressão SIM, e os votos contrários com a expressão NÃO.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, aquela sua recomendação da semana passada, infelizmente não tem sido atendida.

Sr. Presidente, quero encaminhar às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, e respeitando muito, é claro, o autor desse projeto de lei, o Deputado Quielse Crisóstomo, que além de ser integrante da Bancada do PMDB, e integrante da base de sustentação do Governo, e é uma pessoa que, eu pessoalmente, prezo muito, mas eu queria dizer a V. Exa. que nós temos que ser coerentes. A coerência, parece-me, absolutamente fundamental. Eu ainda antes de vir para esta Sessão discutia sobre o controle de constitucionalidade. A nossa Comissão de Justiça, Deputado Durval Amaral, que V. Exa. tão bem preside, tanto que foi reconduzido a essa função, ela de fato tem que ter muito cuidado e talvez tivesse que ser mais rigorosa ainda, por conta dos projetos autorizatórios que flagrantemente são inconstitucionais.

Eu sei que avançamos muito, mas o fato é que nós temos no nosso País - o controle da constitucionalidade se faz pelo Supremo, no sentido abstrato de uma lei, ou de forma difusa quando essa lei é aplicada a um caso concreto. Agora, o fato é que o projeto do Deputado Quielse é flagrantemente inconstitucional em função do vício de

origem. Ou seja, ele é contrário ao interesse público, face a inconstitucionalidade, por ofensa ao princípio da iniciativa, e porque ele não foi, obviamente, objeto da competência, aqui na competência privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Por isso é que embora o projeto do Deputado Quielse, no mérito, claro, temos que reconhecer que é um projeto interessante, mas eu penso que seria importante, para se corrigir este tema, nós poderemos, efetivamente, estabelecer com os órgãos que detêm o controle do patrimônio estadual, especialmente a Secretaria de Estado da Administração, que tem lá o Departamento de Patrimônio, para que nós possamos efetivamente encontrar uma solução para atender o Município de Janiópolis, e claro, a legítima postulação que faz, em nome daquela comunidade, do Deputado Quielse Crisóstomo, mas efetivamente pedir a manutenção do veto apostado pelo Governador Requião, por conta, claro, de ferir flagrantemente a Constituição do nosso País e do nosso Estado.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que, por gentileza, proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Douglas Fabrício) (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, com o compromisso da doação ao Município da parte deste terreno, nós votamos SIM também ao veto pela forma com que feito o projeto, que talvez esteja realmente batendo contra a Constituição Estadual.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Douglas Fabrício)

Sr. Presidente, 48 Srs. Deputados responderam à chamada.

Quarenta e cinco SIM. Três NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está mantido o veto, rejeitado o projeto.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº23/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 411/06, de autoria do Deputado Plauto Miró, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, ao Município de Carambeí. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/ N° 371/06

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 445/06, dessa Presidência e de levar ao conhecimento

de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 411/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o questionado imóvel é atualmente, ocupado por estabelecimento estadual de ensino e por uma unidade escolar municipal, esta, conforme cessão autorizada pela Lei nº 10.354/93, ressaltando-se, ainda, que a presente proposição peca por inconstitucionalidade face desobedecer o princípio da iniciativa do processo legislativo, artigos 66 e 87, da referida Constituição.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 411/06 encontra-se publicado no DA 085/06, de 14/08/06, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 023/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 411/06 de autoria do Deputado Plauto Miró, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, do imóvel que especifica, ao Município de Carambeí, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação

O SR. PLAUTO MIRÓ (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Peço atenção sobre este veto. O Município de Ponta Grossa tinha num passado próximo como Distrito o hoje Bairro de Carambeí, chamado Boqueirão. Depois que Carambeí foi emancipado, este antigo Distrito de Ponta Grossa e hoje Bairro de Carambeí passou a fazer parte daquele Município. E esta escola da qual pedimos para que o imóvel seja doado para a Prefeitura Municipal de Carambeí, foi um imóvel que lá no passado, quando o Distrito ainda era de Ponta Grossa, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa fez a desapropriação do terreno para que a escola pudesse ser construída. E hoje temos um ensino compartilhado, escola municipal e também escola estadual. E ela tem a necessidade de receber investimentos. E a Prefeitura Municipal de Carambeí não pode fazer os investimentos, porque o imóvel está no nome do Governo do Estado do Paraná.

Então vejam a situação que está criada. Um problema a necessidade de investimentos e a impossibilidade legal de a Prefeitura fazer.

É por isso que apresentamos este projeto a pedido das Lideranças Políticas daquele Município. Quero pedir para os Parlamentares analisarem essa situação e nos ajudarem a derrubar esse veto para que o Município de Carambeí possa fazer os investimentos necessários.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Não está dando para ouvir o orador. O pessoal está conversando paralelamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa solicita aos nobres Deputados que por gentileza não atrapalhem o orador.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Exa., o projeto de lei do Deputado Plauto Miró é um projeto de lei autorizatório. V. Exa. sabe que não existe no mundo do Direito, projeto de lei autorizatório. Essa foi uma inovação havida pela nossa Assembléia Legislativa. O fato é que a lei determina ou não. Esse projeto de lei do Deputado Plauto é flagrantemente inconstitucional. Ouvi a argumentação do Deputado Plauto e um pouco antes desse encaminhamento discutíamos sobre o tema. Justamente por que o Governo fez o veto? Por duas razões: a primeira, claro, pelo vício de origem. É uma iniciativa exclusiva de competência do Governador do Estado. Segundo, o fato concreto é que funciona de forma compartilhada, uma escola estadual e outra escola municipal.

O fato é que esse projeto de lei, da forma como está posto, é um desserviço, porque o Deputado Plauto argumenta que a área originalmente foi doada pelo Município. Ora, todos sabem que 90% das áreas que o Estado recebeu para a construção de escolas neste Estado do Paraná, que a FUNDEPAR recebeu, são só áreas que eram municipais.

Todas elas são áreas de doação, para implementar políticas públicas, se tem efetivamente a origem numa doação municipal. O fato concreto é que seria um grande prejuízo para essa escola, se ela deixasse de ser estadual, pela razão simples de que ela deixaria de receber os investimentos necessários para se fazer a reforma, ampliação e melhoria. Seguramente, seria a decretação efetiva da falta de investimento.

Então, até para preservar os interesses de uma escola estadual que funciona compartilhada com uma municipal...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que, se a fala do Deputado Romanelli não é das mais interessantes, pelo menos, por gentileza, o permitam que ele fale, porque o Deputado está sendo impedido de prosse-

guir com a sua oratória. Vamos colaborar com o Deputado Romanelli.

Com a palavra o Deputado Romanelli, para discutir o veto.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Talvez seja um tema árido e talvez não fosse necessário argumentar. O que eu estou tentando fazer é dar a esta Casa e ao Deputado Plauto, uma fundamentação para esse veto e o veto tem sentido em duas questões concretas. Uma, pela finalidade de essa escola que é estadual e também municipal e pela flagrante inconstitucionalidade havida no projeto autorizatório, essa inovação. Por isso, pedimos que se possa manter esse veto, para que possamos ser coerentes com aquilo que nós estamos defendendo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, essa questão que o Deputado Plauto encaminha, eu dizia no ano passado que a CCJ cometeu alguns erros. Estamos presenciando o “mico” do Plenário da Assembléia. Esse tipo de coisa não pode acontecer. A CCJ tem que ser rigorosa, tem que ser responsável. Não pode mandar a este Plenário um projeto que não é constitucional, porque senão, não precisa ter CCJ. Estamos acabando de ver o Líder do Governo dizer que o projeto é inconstitucional e realmente, já votamos vários projetos aqui e depois veio o veto. Estamos jogando contra nós mesmos. Se não é constitucional, não podemos votar. Agora, por outro lado, tenho certeza que o Deputado Durval Amaral vai acertar isso agora. Dentro da sua bondade, às vezes até passa um projeto com a intenção de fazer andar o projeto de algum colega e eu até entendo, mas acho que lei é lei. Não sou advogado, mas lei é lei.

Agora, a questão dessa escola do Boqueirão, colocou muito bem o Deputado Plauto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Gostaria que o Deputado que está encaminhando lesse antes as razões do veto antes de acusar a CCJ, porque esse projeto foi vetado por uma prerrogativa do Governo por julgá-la contrária ao interesse público.

Até para esclarecer, acho que o Deputado Durval Amaral vai fazer na sequência a defesa da Comissão de Constituição e Justiça. O veto desse projeto foi por julgar contrário ao interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Fico triste de ouvir isso de um grande sábio que é o Deputado Reni Pereira. Diz o veto: *A presente proposição peca por inconstitucionalidade, face desobedecer o princípio da iniciativa do processo legislativo, artigo 687 da referida Constituição.* Está aqui, é lei. Não sou advogado, mas sou legislador. Mas isso tudo poderia ter sido

resolvido, Sr. Presidente, se fizéssemos o seguinte. Esse é o grande mal do Governo Requião, de alguns assessores do Governador. Alguns assessores que são colocados em cargo de confiança do Governador, são colocados com a intenção de ajudar o Governador. Ajudar a governar. Não é só colocar na mesa do Governador e dizer isso é ilegal e manda dizer que é legal. Era muito fácil fazer isso. Era simplesmente vetar, porque é um erro de constitucionalidade. Mas ao mesmo tempo já mandaram um projeto para esta Casa entregando um imóvel à Prefeitura de Carambeí, quer colocar dinheiro lá, quer ajudar. Hoje estamos vendo Municípios brigando para conseguir uma escola. Nós vimos agora uma Cidade querendo colaborar, querendo botar dinheiro para ajudar a educação, porque nós não vamos aceitar.

Quero mais uma vez dizer que alguns assessores do Governador precisam ajudar o Governador a governar, ajudá-lo a não criar esses “micos”. Porque amanhã o Deputado Plauto vai lá, com toda razão, e vai fazer um discurso em cima disso. E é verdade. E aí quem é da base, quem é do Governo e vota em Carambeí como eu, como é que explica lá. Por que é que não quer dar escola ao Município se o Município tem boa vontade.

Os assessores do Governo deveriam ajudar o Governador. O bom assessor é aquele que ajuda, não só cria “mico” para o Governador. Nesse caso aqui eu não vejo problema nenhum o Município passar a escola, de acordo com o que determina, como quer o Município. O Município quer ajudar, não quer atrapalhar, quer botar dinheiro. Nada mais justo que isso.

Já que estava inconstitucional o veto, porque é inconstitucional, mas ao mesmo tempo mando um projeto autorizando a fazer com que o Estado, de acordo com a lei, passe a receber o Município. O povo de Carambeí vai aplaudir e ficar feliz e o Requião seria aplaudido.

O SR. PLAUTO MIRÓ (PFL) (Pela Ordem)

Quero deixar registrado aqui a nossa posição, e repito, o senhor veja o problema que encontra o Município.

O SR. ELIO RUSH (PFL) (Para Encaminhar)

Sei que o Deputado Plauto já tinha encaminhado o seu projeto, o veto apostado ao seu projeto de lei. Pelo Regimento Interno ele não pode encaminhar duas vezes.

Mas o Deputado Plauto, entabulando uma conversa, ele me disse que naquele terreno funcionam as duas escolas, num espaço físico. Uma escola estadual e uma escola municipal. O terreno do Município de Carambeí foi comprado pela Prefeitura de Ponta Grossa. A Prefeitura de Ponta Grossa cedeu o terreno para o Estado e outra parte para o Município recém-emancipado de Carambeí.

Agora o Município de Carambeí que construir um novo prédio, um espaço físico que se faz necessário para abrigar os alunos. O Município, por força da legislação, não pode construir um prédio em próprio do Estado. A lei

não permite. O terreno é do Estado. O Município quer construir espaço físico. A legislação não permite. O Município pede esse terreno para que ele possa construir uma escola para abrigar os alunos daquele Município. O Governador do Estado do Paraná diz que ele veta porque não tem interesse público e por julgá-lo inconstitucional.

Ora, Srs. Deputados, vamos entender o projeto! O projeto autoriza o Governo do Estado. Não há problema nenhum de o Governador sancionar esta lei ou nós derrubarmos esta lei.

Agora, digo o seguinte, Deputado Romanelli: se não cair o veto, se permanecer o veto do Governador, cabe então ao Governo do Estado construir esta escola. Porque não é possível que os alunos do Município de Carambeí, aqui representados pelos Deputados dos Campos Gerais, o Deputado Plauto apresenta uma alternativa e o Governador veta. E os alunos? E as crianças, Srs. Deputados, que precisam de espaço físico? Deputado Luizão, a V. Exa., que é professor, o que vai acontecer com esses alunos? Nós vamos manter o veto e prejudicar as crianças, os alunos de Carambeí?

Ora, Srs. Deputados, não é possível! Não posso concordar com isto! Mesmo porque o terreno não foi adquirido pelo Estado. O terreno foi doado pelo Município de Ponta Grossa, quando Carambeí ainda era Distrito.

Ora, não dá para entender. Vamos derrubar este veto, Deputado Romanelli. O governador está autorizado. Se ele não quiser doar, ele não doa. Mas, o que não podemos permitir é que os alunos de Carambeí fiquem sem espaço físico para freqüentar as aulas.

Então, peço à Bancada do PMDB, ao Líder do Governo, que reveja esta sua posição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu estou vendo aqui este veto do Governador e há uma grande incoerência. Nós, no final do ano, quando estávamos no período extraordinário, o Governo encaminhou a esta Casa um projeto no qual ele queria legislar por decreto, que nós autorizássemos o Governo a ceder propriedades do Estado para construção de escolas.

O que é o projeto do Deputado Plauto? Ele está pedindo, aqui, a doação do terreno para o Município de Carambeí, por quê? Porque o Município, para fazer investimentos naquela escola, tem que ser da sua propriedade, porque não é permitido que o Município invista em terrenos, em áreas que não são do Município. Então, o que é que o Deputado Plauto está fazendo, neste momento? Ele está tentando regularizar uma situação para que o Município possa fazer investimentos em cima daquela área, na área de educação. E aí vem o Governo e na sua alegação - e aí é falha da assessoria - ele veta o projeto porque ele é contra o interesse público. Ora, meus amigos! Construir escolas, agora, é contra o interesse público?

Por esta razão nós encaminhamos o voto deste veto para ajudarmos a restabelecer a verdade. Não há nada de inconstitucional. Não há nada contra o interesse público.

É, sim, a favor do interesse público construir escolas. Por esta razão, encaminhamos pelo voto NÃO ao veto do Sr. Governador.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Só gostaria de prestar minha solidariedade ao Deputado Plauto e ao povo de Carambeí, porque eu conheço a situação da escola do Bairro Boqueirão e eles realmente estão passando por uma dificuldade muito grande. Eu também aconselho a Bancada do PPS a votar NÃO ao veto do Governador Roberto Requião. E como o Deputado Elio Rusch falou, e falou muito bem, com propriedade, se o veto se mantiver, o Governo do Estado terá que se responsabilizar. Tem que construir esta escola para Carambeí.

Era só isto.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o mérito deste projeto é extraordinário. Agora, que o projeto é inconstitucional não resta a menor dúvida, porque cabe ao Poder Executivo fazer uma proposição de doação dos imóveis do patrimônio público, inclusive, a questão dos projetos autorizatórios já foi tema de debate na CCJ, temos tratado com o nosso Presidente Deputado Durval sobre este assunto. O projeto autorizatório, na verdade, é inconstitucional, porque cabe a origem do projeto, necessariamente, partir do Poder Executivo.

Nada contra a construção da escola em Carambeí. Se o Prefeito e a escola quiseram fazer, porque o Governador Requião tem compromisso com a educação e não é só no discurso, são nas atitudes, basta ver o que este Governo fez nos primeiros quatro anos, basta dizer aqui que mandou uma emenda a esta Casa aumentando a obrigatoriedade com a educação de 25 para 30%. Não dá para discutir, Sr. Presidente, o compromisso do Governador Requião com a educação. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

O projeto é inconstitucional. O mérito é importante: a construção de uma escola. Creio que esse assunto o Prefeito de Carambeí pode, tranqüilamente, tratar com o Governador Requião e, tenho certeza absoluta, o Governador encaminhará uma Mensagem a esta Casa propondo a doação desse imóvel ao Município para construção da escola e atender a demanda existente.

Portanto, o Deputado Romanelli, nosso Líder, encaminhou adequadamente, porque o projeto é inconstitucional.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.
(Assentimento)

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Eu gostaria que V. Exa. indagasse ao ilustre Deputado Belinati se ele vai encaminhar favoravelmente ou

contrariamente ao veto que foi apostado pelo Governador, porque se ele encaminhar contra, me parece, Sr. Presidente, que V. Exa. deverá impedir que ele possa fazer esse encaminhamento, porque o Regimento Interno determina até quantos poderão encaminhar favoravelmente ou contrariamente àquilo que estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Respondo a Questão de Ordem do Deputado Wal-dyr Pugliesi: o Deputado Antonio Belinati, independente de encaminhar SIM ou NÃO, é o quinto. Portanto, ele ainda pode encaminhar favorável ou contrário. A assessoria de V. Exa. está incorrendo em erro. Ele é o quinto, portanto, ele pode encaminhar.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Bom, se ele for o quinto tudo bem, ele poderá. Agora, como houve uma contagem dizendo que cinco já tinham feito o encaminhamento, aí é que nasce a minha Questão de Ordem. Não há dúvida nenhuma em relação ao número de encaminhadores contrários ao veto do Governador?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

São cinco e ele é o quinto.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu queria saber se a Mesa considera o autor também como aquele que pode encaminhar, porque veja o seguinte, Exa., encaminhou o Deputado Plauto, o Deputado Reni, o Deputado Rossoni, o Deputado Marcelo e o Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Plauto, Elio, Rossoni, Marcelo e Belinati.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

E Reni Pereira, Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Reni Pereira não encaminhou!

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Ele encaminhou, Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, não!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu quero dizer a V. Exa. que faço parte desta Assembléia, também. Eu encaminhei agora pouco, também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, mas V. Exa. encaminhou favorável ao veto. Deixe-me explicar: são cinco Deputados que encaminham favoráveis ao veto e cinco contrários. O Deputado Reni Pereira pediu um aparte pedindo Pela Ordem, não encaminhou. Estou com a contagem aqui na minha frente. Por gentileza, Deputado Belinati, V. Exa. pode encaminhar. É o último a encaminhar favorável ao projeto e contrário ao veto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente: esse projeto foi aprovado pela Casa quando eu não estava aqui ainda como Deputado. Mas, estava meditando, Sr. Presidente Nelson Justus, o nobre Deputado Durval Amaral tem sido elogiado pelos componentes de todas as Bancadas, pela competência, pela lisura, pela imparcialidade no comando da Comissão de Constituição e Justiça, que é uma das mais fortes desta Casa.

Presidente Durval Amaral, ao encaminhar a respeito deste veto, Presidente Nelson Justus, fica aqui uma dúvida: é apresentado um projeto na Assembléia, vai para a CCJ, ali quero crer que o projeto é amplamente debatido, discutido, se é constitucional ou não, para orientar o Plenário. E, de repente, Sr. Presidente, a Comissão de Justiça emite o parecer que determinado projeto é legal, é constitucional, vem para o Plenário, é aprovado por unanimidade, vai para o Palácio e o assessor diz que é inconstitucional. E muitos Deputados que reconheceram que era constitucional mudam o voto e vêm aqui e dizem: olha, vou votar agora pelo veto, porque ele é inconstitucional.

Isso, Presidente Nelson Justus, me faz lembrar daquela brincadeira que se faz com determinados assessores que quando o chefe chama e diz assim: “emita um parecer sobre essa matéria.” E o assessor vai e diz: “Exa., quer um parecer a favor ou contrário?” Ele diz: “a favor”. O assessor vai lá e escreve bonito: “o projeto é legal, por isso, mais aquilo. Aprove-se o projeto”. Ou ele diz: “quero um parecer contrário.” Ele vai lá e “fuça” em toda sua biblioteca, acha um artigo de lei e diz: “ele é ilegal, inconstitucional, por isso, por mais aquilo.”

Então, é uma brincadeira que se faz, há muito parecer. Se a autoridade quer um parecer favorável ou contrário.

Por isso, Sr. Presidente, a minha cabeça fica “embolada” neste momento, quando a CCJ, que é uma Comissão respeitada, diz que o projeto é constitucional, vem para o Plenário, aprovado por unanimidade, depois quem sabe até um único assessor acha um dispositivo de lei e de repente esta Casa vota dizendo que o projeto é inconstitucional.

Permita-me o Deputado Durval Amaral, mas a manutenção do veto não deixa de ser um “puxão de orelhas” na Comissão de Justiça. Como foi dado o parecer dizendo que era constitucional e de repente vem outro

parecer dizendo que é inconstitucional e a Casa vai, pela grande maioria, manter o veto.

Acho que é uma contestação, que V. Exa., Deputado Durval Amaral, não merece.

Fica esta interrogação. Neste País tem a dúvida: o que é legal e o que é ilegal? O Brasil que vai comemorar no ano que vem 507 anos do seu descobrimento e até agora está também discutindo se o Hino Nacional Brasileiro deve ou não ser aplaudido. E nós estamos aqui há muito tempo querendo descobrir o que é ou não constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, encerrada a discussão, quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. pode falar pela ordem. Encaminhar, a não ser que V. Exa. seja favorável ao veto. Aí V. Exa. pode encaminhar.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente. Pela ordem.

Exa., cabe aqui fazer uma ressalva. Não podemos personificar a Comissão de Constituição e Justiça nem em meu nome, nem em nome de nenhum dos Srs. Deputados. Lá somos em treze Deputados e V. Exa., participou já da Comissão de Constituição e Justiça e sabe que cada Parlamentar tem total arbítrio para elaborar o seu parecer, muitas vezes pela inconstitucionalidade de um determinado projeto de lei e muitas vezes pela constitucionalidade desse projeto de lei. A maioria dos Srs. Deputados é que decide se o projeto é constitucional ou inconstitucional.

Ao Presidente, para que não venhamos personalizar a CCJ, cabe apenas o voto Minerva. Agradeço o respeito que vários dos Srs. Deputados - Deputado Antonio Belinati e tantos outros - têm por mim, mas efetivamente, o Deputado Presidente da CCJ, se durante os dois anos anteriores chegou a votar, foi uma ou duas vezes, no máximo, decidindo. Não cabe atribuir toda e qualquer responsabilidade pela CCJ, ao Deputado Durval Amaral. Todos nós, membros da CCJ, somos responsáveis.

Com relação ao projeto específico, já que há essa ansiedade de todos nós, tenho sido sempre um defensor das prerrogativas do Poder Legislativo. Olhando e apreciando melhor o artigo 10 da Constituição Estadual, nobre Presidente, é inequívoco que o projeto de cessão de uso para bens, que se destinam ao Poder Público, só pode ser feito mediante lei específica, que assim prescreve o artigo 10 da Constituição Estadual. Os bens imóveis do Estado não podem ser objetos de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de

sua administração indireta ou entidade de assistência social, sem fins lucrativos, de caráter de atividade pública ou para fins de assentamento de caráter social.

Parece-me que o projeto de lei apresentado pelo Deputado Plauto está revestido de todas as características legais impostas pelo artigo 10. O Governador tem sempre duas possibilidades para vetar. Uma, embasada no interesse público e outra, quando é inconstitucional à matéria. *Datissima vênia*, Sr. Presidente, se formos analisar essa matéria, que o projeto não é sequer de doação, apenas de cessão de uso, está amparado no artigo 10 da Constituição Estadual, não me parece que um simples assessor, talvez, da Casa Civil, possa fulminar o projeto de inconstitucionalidade, sem fundamentar devidamente, sem tipificar o inciso dos artigos 66 ou 87 e, simplesmente, colocar. Melhor seria que o Governo fundamentasse preservando o interesse público.

Era só esse esclarecimento para ressaltar a atuação da Comissão de Constituição e Justiça, onde todos nós, treze Deputados que lá participamos, somos responsáveis pela elaboração dos nossos pareceres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados favoráveis ao veto votarão com a palavra SIM. Os Deputados contrários ao veto, NÃO.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

V. Exa. veja que dificuldade para votar e há de convir comigo, agora. Acabamos de ver o Líder do Governo dizendo que o projeto é inconstitucional.

De outro lado vimos, agora, o Presidente da CCJ dizer que o projeto é constitucional. E daí, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. vai votar de acordo com sua consciência.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Douglas Fabrício)

(Procede à chamada nominal)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu me nego a votar esta matéria, porque ninguém esclareceu nada, de nenhum lado.

Então, estou me abstendo desta votação, porque um falou uma coisa, outro falou outra. Então, não voto, porque não tenho convicção do que está acontecendo aqui neste momento. O Presidente diz uma coisa, outro diz outra.

Então, me abstenho e espero que esta escola seja entregue ao Município de Carambeí.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Não. Peço declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Douglas Fabrício**)

Sr. Presidente, 46 Srs. Deputados votaram. Vinte e três SIM, 22 NÃO e uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Discussão Única (Indicação)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 003/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que requer a adesão do Estado do Paraná à Instrução Normativa nº 19, de 24 de julho de 2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (**Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07**).

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu não sei o que é Instrução Normativa nº 19 e se a Assembléia Legislativa vem a votar a adesão do Estado do Paraná a Adesão Normativa nº 19 de 24 de junho. Essa Instrução Normativa não vem junto da indicação do Deputado Nereu, talvez seja da mais alta relevância, mas eu não sei o que é essa Instrução Normativa. Se o Deputado Nereu pudesse esclarecer para os Deputados? Não que nós venhamos a aprovar, de repente, uma adesão do Estado do Paraná a uma instrução do Governo Federal. Não sei se isso é de transgênico ou não, não sei o que é isso.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o Diário Oficial da União do dia 28/06/06, através da Instrução Normativa nº 19, questionamento do Deputado Elio Rusch, estabelece os requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem animal, sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem vegetal, sistema brasileiro de inspeção de insumos agrícolas e sistema brasileiro de inspeção de insumos pecuários na forma dos anexos 1, 2, 3 e 4. Cada sistema desses é um desses anexos.

No final do ano passado, o Bloco Agropecuário fez uma audiência pública para tratar exatamente dessa temática. Essa indicação é de uma importância extraordinária, Deputado Nereu Moura. Esperamos que o Paraná seja o primeiro ente da Federação a aderir a esse sistema e seria recomendável que a Assembléia Legislativa enviasse uma carta recomendando o pedido de adesão a todas as Prefeituras que tiverem interesse.

O SUASA unifica toda a vigilância sanitária, cria condições reais e na medida em que houver a adesão dos entes federados para que os produtos industrializados, hoje a maioria deles é SIN, eles vão passar a ser SIF. Na prática, o Governo criará os instrumentos para quem não estiver adaptado a este sistema, tenha que se adaptar por um determinado tempo e estes produtos produzidos lá

nos Municípios possam ser vendidos no País todo e aqueles que tiverem esse sistema poderão inclusive ser exportados.

Então, é uma visão moderna de transformar produtos de origem animal e vegetal, esse sistema que será unificado, eu não tenho dúvida, o Paraná fará essa adesão. É uma tarefa que o Governador já deve ter determinado ao Secretário Bianchini e a iniciativa do Deputado Nereu é louvável. Acredito que esta Casa deveria recomendar que os Prefeitos também pedissem essa adesão o quanto antes.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Em votação. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 278, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, só queria pedir atenção dos Srs. Deputados a este requerimento, que é muito importante, porque no momento em que fiz a primeira vez este documento, não obtive as informações como deveria ter recebido. E como continuo acreditando que aquilo que disse o Governador naquela tribuna no dia da nossa posse é a palavra oficial do Governo, estou apenas fazendo um requerimento pedindo informações ao Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Paraná referente a questão da Paraná Ambiental. O Governador disse que fez um aditivo e que nesse aditivo o Estado do Paraná teve lucro, porque no Governo anterior havia se vendido as florestas, que é uma propriedade do Governo do Paraná, do povo do Paraná, por um preço abaixo do que determina o preço de mercado.

O Governador mandou fazer uma auditoria. Essa auditoria comprovou que estava errado, que deveria ter se cobrado mais do que devia e não aquele preço que o Governo cobrou. Disse ainda que o Governador fez um aditivo e que as empresas concordaram em pagar a mais. As empresas concordaram em fazer um aditivo e pagar a mais aquilo que deviam ao Estado do Paraná.

Estou encaminhando, Sr. Presidente, porque quando fiz o pedido, solicitei ao então Secretário Mussi, que era o Secretário da Indústria e Comércio, que nos remetesse as cópias das auditorias e dos aditivos. E para surpresa minha, com tantos requerimentos que eu tinha recebido, esse requerimento veio incompleto, veio apenas o contrato assinado com as empresas, não veio as auditorias e não veio também o aditivo que o Estado fez.

Pediria, Deputado Romanelli, a V. Exa. que não derrubasse o meu requerimento, porque este é um requere-

ramento que se aprovado e se nós recebermos os documentos, se provará que o Governo conseguiu dar lucro ao Estado, aumentou, havia se pagado um valor “x”, aumentou-se aquele valor. Foi um momento de austeridade do Governo do Estado. O Governo foi muito feliz, esse requerimento não é contra o Governo. Esse requerimento é para apenas ver como foram feitos os aditivos e só quero comprovar, como me cabe o direito de fiscalizador, se os aditivos estão sendo exatamente cumpridos. Só isso que estou pedindo, nada mais do que isso. Estou solicitando apenas aos Srs. Deputados que aprovelem esse requerimento. Não tive acesso, na época, aos aditivos e também a questão que envolve as auditorias. Acho muito importante que eu possa ter acesso a esses documentos para fiscalizar a aplicação, para fiscalizar se os aditivos estão sendo cumpridos e até, Deputado Romanelli, para cumprimentar o Governador, que conseguiu fazer com que o Estado do Paraná tivesse um lucro a mais daquilo que foi consertado.

Agora, não sei como V. Exa. vai encaminhar. Se for encaminhar contrário, sinceramente, acho que vou tirar umas férias de Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito Canto, V. Exa. não pode presumir como é que vai encaminhar o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu vou guardar marcado, nessa minha volta legislativa, é que no início desta Sessão Legislativa, são os requerimentos do Deputado Jocelito Canto.

Eu quero encaminhar, no sentido de rejeitar o requerimento, porque ele extrapola, em absoluto, aquilo que nós temos conversado sobre a objetividade. Por isso quero solicitar aos componentes desta Casa, especialmente aos Deputados que compõem a Base do Governo, para que votassem pela rejeição do requerimento do Deputado Jocelito Canto.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o requerimento do Deputado Jocelito Canto.

Rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 253, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

O requerimento do Deputado Ney Leprevost poderia ter sido aprovado, mas tem um vício no item 02.

(Lê item 2 do requerimento).

Essa pergunta é irrespondível, na medida em que temos dois tipos de polícia: a preventiva, que é a Polícia

Militar e a Polícia Judiciária, que é a Polícia Civil. E, dentro da Polícia Civil, tem o Instituto Médico Legal, o Instituto de Criminalística. O fato é que essa forma como está redigido o requerimento do Deputado Ney Leprevost, se ele fosse melhor formulado, nós concordaríamos com a sua aprovação. Ele teria que reformular o requerimento. Se ele concordar, nós encaminharemos para ter uma solução disso.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Nós acatamos a sugestão do Líder do Governo, embora no nosso entendimento, Polícia Científica seja toda aquela que trabalha com ciências, ou seja, Instituto Médico Legal, Instituto de Criminalística. Nós vamos especificar isso. Vamos encaminhar primeiramente por ofício. Se o ofício não for respondido, daí sim, entraremos com o pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está retirado o requerimento.

Requerimentos nºs 290 a 294, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Todos os pedidos de informação da Deputada Rosane Ferreira, a Liderança do Governo encaminha favoravelmente à aprovação desses requerimentos. São pedidos de informação, mas extremamente bem elaborados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovados.**

Requerimento nº 299, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 301, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 303, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

O requerimento feito pelo Deputado Valdir Rossoni, em nome da Bancada da Oposição, justamente

preenche os requisitos que tenho falado de absoluta generalidade, ele é quase que uma CPI em relação a Secretaria de Obras Públicas. Porque ele é tão amplo que exige uma investigação feita em todas as licitações nos últimos quatro anos. Das licitações formalizadas, quantas foram executadas, quantas estão em andamento. Na verdade, se o Deputado Valdir Rossoni procura algo, tem que especificar o que ele procura, porque o pedido de informações dele será aprovado, pelo menos o sentimento de poder encaminhar pela aprovação.

O que creio é que infelizmente esse requerimento do Deputado Valdir Rossoni é daqueles genéricos que temos que de fato objetivar e focar quando formos discutir que tipo de informação deve ser buscada, mas mais do que tudo, prestada pelo Governo e pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Acredito fielmente que poderei convencer o Líder do Governo se esta justificativa for, na verdade, seu sentimento. Ele disse aqui que o meu requerimento é abrangente. Concorro com V. Exa., mas não quero fazer aqui falso juízo, mas tenho informações de que nos últimos anos na Secretaria de Obras - e por isso que vou buscar informações para me certificar se as informações que me chegam são corretas ou não - a informação que tenho é a seguinte, e V. Exa. tem conhecimento, porque foi Secretário ou Presidente da COHAPAR: a questão de aditivo de contrato de obra é uma exceção. Você faz uma série de contratos e lá, um ou outro, surge um problema que justifica o aditivo. As informações que eu tenho é de que na Secretaria de Obras não era exceção, era regra. E por isso não tenho como fazer juízo dessa situação sem ter todas as informações.

Por isso, encareço a V. Exa. que preza pela transparência, que me forneçam essas informações para que eu possa chegar aqui e dizer: a informação que me chegou não é verídica. Eu chego aqui e falo. Se a informação for verídica eu tenho que investigar. Por essa razão, Sr. Presidente, que o meu pedido se justifica. Ele é abrangente, mas justifica para que eu possa fazer um juízo dessa situação, porque aditivo em obras é exceção, não é regra. Pela informação que eu tenho era regra e não era exceção.

Por essa razão, justifico o meu requerimento e peço aos Srs. Parlamentares que aprovem esse requerimento para nós podermos fiscalizar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, acabei de ouvir uma pérola do Deputado Romanelli e eu não podia deixar de falar dessa pérola nesse encaminhamento.

O Deputado Romanelli disse aqui ao nosso companheiro Rossoni, que se ele quisesse alguma coisa específica, alguma coisa que queria encontrar, que ele apresentasse especificamente dizendo que o requerimento dele era genérico. Sinceramente, acho que vou tirar férias. Apresentei agora pouco aqui, exatamente, um requerimento como quer o Deputado Romanelli. Um Deputado pediu o requerimento do jeito que ele pediu, eu apresentei aqui. Pedindo exatamente o que eu quero. Pedi exatamente que me mande a auditoria da Paraná Ambiental. Mais específico que isso, só se eu fizer um parecer à parte. Não compreendendo mais. Amanhã vou usar o meu horário aqui e vou ler o discurso do Governador Requião.

Parabéns, Deputado Romanelli, V. Exa. é o grande Líder. V. Exa. veio mais afiado do que eu imaginava. Acabou de dizer ao Deputado Rossoni que era para fazer especificamente um requerimento, aí sim, aprovaria. E eu que fiz um específico, o senhor mandou bombardear o meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, queiram levantar-se.

Quatorze Deputados aprovaram o requerimento.

Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Vinte Deputados rejeitam o requerimento. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 283, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 284 e 302, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 286, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 295, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 296, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 300, de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 304, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 305, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 308 e 309, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a presente Sessão, esta Presidência deseja convidar V. Exa. para a Sessão Solene de entrega de título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Salim Sahão, proposição da Deputada Elza Correia. A Sessão terá início às 17h do dia de hoje.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em Explicações Pessoais concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, inscrito.

Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Falo na condição de integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para registrar, com grande alegria, a eleição ontem do nosso companheiro Caíto Quintana como integrante da Executiva Nacional do PMDB. Fazia já vinte anos que o nosso Estado não tinha um representante na Executiva e o Deputado Caíto foi eleito Tesoureiro da Executiva Nacional do nosso Partido, numa convenção, aliás, extremamente importante, realizada ontem em Brasília e creio que para nós do Paraná foi muito importante, porque o Deputado Caíto Quintana, pela sua experiência, pela sua competência, pela sua capacidade de poder expressar o ponto de vista da média dos peemedebistas, integrará certamente a Direção Nacional, a Direção Política do nosso Partido e para nós paranaenses é extremamente importante.

Por isso que quero aqui, como Deputado Estadual, integrante de uma Bancada, registrar com muita alegria essa eleição que foi muito importante e diria que foi importante para todos os paranaenses, na medida que o PMDB, por conta da sua expressão nacional, é um Partido que contribui muito com o processo democrático do nosso País.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (***Pela Ordem***)

Apenas para dar uma sugestão. Eu já assisti algumas Sessões Solenes com a galeria lotada e já vi também algumas homenagens em que nós tivemos a Casa totalmente vazia.

Apenas uma modesta sugestão ao grande Presidente Nelson Justus, para que determinadas honrarias sejam entregues no gabinete do Presidente da Casa, como nós já tivemos em outras oportunidades, porque acho que a cerimônia fica mais aconchegante, não expõe muitas vezes a família a uma situação constrangedora.

O SR. ELTON WELTER (PT) (***Pela Ordem***)

Queria registrar a eleição, no último sábado, da Associação de Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná. Nunca vi tanta mobilização de Vereadores. E

pela eleição do Vereador Valtair Caetano Apolinário e os demais membros da sua Diretoria, desejo um brilhante trabalho. Sabemos da importância que os Vereadores têm na articulação política das bandeiras regionais. Portanto, o Valtair Caetano Apolinário, numa disputa com outra chapa, foi vitorioso na eleição da Associação de Câmaras do Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 03/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 04/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 050/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 001, 004 e 005/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 013/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido no último final de semana, do Sr. ex-Deputado Nelson Buffara, acontecimento que enlutou toda a família paranaense.

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do Sr. Nelson Buffara, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra. O ex-Deputado Nelson Buffara exerceu mandato na 6ª Legislatura (1967/70), na 7ª Legislatura (1971/74), na 8ª Legisla-

tura (1975/78), na 9ª Legislatura (1979/82) e na 10ª Legislatura (1983/76).

R E S O L V E :

decretar Luto Oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. ex-Deputado Nelson Buffara.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.01.07.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 135/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e com base no disposto no artigo 33 parágrafo 1º da Resolução nº 001 de 01 de março de 2005,

D E C R E T A :

Art. 1º A Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais, de que trata o artigo 172, inciso VIII da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aos ocupantes de cargos de provimento em comissão, vinculados à estrutura organizacional, simbologia DAS e C passa a ser concedida de acordo com o anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

ANEXO ÚNICO VALOR DOS ENCARGOS ESPECIAIS (Ato da Comissão Executiva Nº 135/07)	
SÍMBOLOS	ENCARGOS ESPECIAIS
DAS - 1	4.790,24
DAS - 2	3.524,32
DAS - 3	3.288,14
DAS - 4	2.819,08
DAS - 5	2.582,74
1 - C	1.275,49
2 - C	1.177,98
3 - C	1.087,40
4 - C	1.004,40
5 - C	941,27

6 - C	882,12
7 - C	827,00
8 - C	775,94
9 - C	726,85
10 - C	681,40
11 - C	644,83
12 - C	610,07
13 - C	577,37
14 - C	546,53
15 - C	519,99

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 410/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1617/05, datado de 22 de março de 2005, apenso ao de nº 5980/04, datado de 23 de agosto de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 369/05, publicado no Diário da Assembléia do dia 10 de agosto de 2005, que passará a constar nos seguintes termos:

Conceder aposentadoria, por invalidez, a EDELBERTO TORTATO, matrícula nº 40.947, funcionário desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível NAA-11, conforme Resoluções 007/04 e 009/05, com proventos integrais com base na remuneração do cargo que ocupa, incorporando as vantagens que faz jus, três (03) adicionais, de acordo com o artigo 171 da Lei nº 6174/70 calculados pela média aritmética da maior remuneração a partir de julho de 1994, nos termos do artigo 40 parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 e artigo 1º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 10.887/04, resultando em cálculos de proventos de fls. 53, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 011/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob n° 189, datado de 16 de janeiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, a disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, a servidora deste Poder Legislativo, CARMEM LAGO ARAGÃO, matrícula n° 40099, a partir de 01 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2007, sendo a cedência com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.01.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 015/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 921, datado de 08 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição do Governo do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, MARCO AURELIO SALDANHA ROCHA, matrícula n° 377, para prestar serviços junto a Casa Civil, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 016/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 921, datado de 08 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição para prestar serviços junto a Casa Civil, o servidor deste Poder Legislativo, MÁRIO JOSÉ DE RAUEN BACELLAR FILHO, matrícula n° 40690, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 017/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 921, datado de 08 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição para prestar serviços junto ao Governo do Estado, o servidor deste Poder Legislativo, ROGÉRIO HELIAS CARBONI, matrícula n° 40825, até

31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 018/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 921, datado de 08 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição para prestar serviços junto a Vice-Governadoria, a servidora deste Poder Legislativo, REGINA FISCHER PESSUTI, matrícula n° 41260, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 019/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 922, datado de 08 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, ISAMAR VILLA DE CARVALHO, fisioterapeuta, matrícula n° 40090, para continuar prestando serviços junto a Universidade Federal do Paraná, no Hospital de Clínicas dessa Universidade, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 020/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 922, datado de 08 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição do Ministério da Educação, o servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FERNANDO KUBRUSLY, matrícula n° 6275, para exercer suas atividades no serviço de Cirurgia Torácica e Cardiovascular do Hospital de Clínicas da UFPR, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 023/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 1652, datado de 05 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, a disposição da COHAPAR, o servidor deste Poder Legislativo, JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, matrícula n° 3247, para exercer cargo de chefia junto ao Escritório de Apoio de Foz do Iguaçu - EAFI, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 024/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 970, datado de 09 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, a disposição do Gabinete do Deputado NEY LEPREVOST, o servidor deste Poder Legislativo, JOSÉ EDUARDO PIAZZETTI, matrícula n° 40517, para prestar serviços junto a este Gabinete.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 025/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 9489/06, datado de 05 de dezembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar, na Ficha Funcional de MARCOS RENATO SUDUL, matrícula n° 40905, ocupante do cargo de Consultor Administrativo NUD-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do parágrafo 9° do artigo 201, da Constituição Federal, o tempo de quatro anos, cinco meses e sete dias, para efeito de aposentadoria, em que prestou serviços no Banco Bamerindus do Brasil Sociedade Anônima, período compreendido entre 02 de janeiro de 1985 e 08 de junho de 1989, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em apenso.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 026/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob n° 33, datado de 08 de janeiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS LIMA, matrícula n° 40019, de trinta (30) dias, a partir de 21 de dezembro de 2006, CID. X.k-43.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 027/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 997, datado de 12 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH CAMATI, matrícula n° 40689, de quinze (15) dias, a partir de 24 de janeiro de 2007.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 028/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 995, datado de 12 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA CELUTA TAVARES, matrícula n° 83, de trinta (30) dias, a partir de 08 de fevereiro de 2007, CID. X.I.25-1 e I 10.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 29/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 994, datado de 12 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, EURIDES BASSETTI NETO, matrícula n° 40397, de cento e vinte (120) dias, a partir de 01 de fevereiro de 2007, CID XF. 31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 30/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6147, datado de 13 de julho de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ROSELI GOBBO ARAUJO, matrícula nº 40393, licença maternidade, de cento e vinte (120) dias, a partir de 11 de julho de 2006.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 31/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 996, datado de 12 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, TEREZINHA M. ACCYOLI PINTO, matrícula nº 226, de cento e vinte (120) dias, a partir de 06 de fevereiro de 2007. CID G. 12.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.07.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 32/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1067, datado de 13 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS LIMA, matrícula nº 40019, de trinta (30) dias, a partir de 21 de janeiro de 2007, CID 10f 32.8.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.07.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 33/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1340, datado de 28 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH CAMATI, matrícula nº 40689, de quinze (15) dias, a partir de 09 de fevereiro de 2007.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 34/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1214, datado de 16 de fevereiro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, a disposição do 1º Vice-Presidente, Deputado Antonio Anibelli, o servidor deste Poder Legislativo, GERSON SYDNEY, matrícula nº 40627, para prestar serviços junto a este Gabinete.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.07.

(a) ABIB MIGUEL

Atas de Comissões***Constituição e Justiça*****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Durval Amaral e Caíto Quintana para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Durval Amaral agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Finanças**COMISSÃO DE FINANÇAS**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos

Deputados Edson Strapasson e Reni Pereira para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Edson Strapasson agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Beti Pavin e Douglas Fabrício para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleita, a Deputada Beti Pavin agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Agricultura

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Pedro Ivo e Cleiton Kielse para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Pedro Ivo agradeceu a

especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) PEDRO IVO - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Educação, Cultura, Esportes, Ciências e Tecnologia

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Péricles de Mello e Teruo Kato para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Péricles de Mello agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Saúde Pública

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Ney Leprevost e Marcelo Rangel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Ney Leprevost agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

rou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Direitos Humanos e da Cidadania

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Francisco Bühner e Luiz Carlos Martins para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Francisco Bühner agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Indústria, Comércio e Turismo

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Edgar Bueno e Teruo Kato para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Edgar Bueno agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e apro-

vada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

MERCOSUL e Assuntos Internacionais

COMISSÃO DO MERCOSUL E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Ribas Carli Filho e Luiz Nishimori para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Ribas Carli Filho agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) RIBAS CARLI FILHO - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Defesa do Consumidor

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Reni Pereira e Cleiton Kielse para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Reni Pereira agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**CONSELHO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na forma do artigo 23 e parágrafos da Resolução nº 09/00-ALE, com o fim específico de proceder sua instalação e eleição para Presidente na forma regimental e do Regulamento aprovado do CEDC. Verificada a existência de número legal, foi instalado o Conselho e a seguir procedida a eleição para Presidente, tendo sido escolhido o Deputado Pedro Ivo. Na forma regimental, declarou-se empossado o Presidente. É o que consta, e eu Nildo José Lubke, nas funções de Coordenador Técnico-Jurídico do CEDC lavrei a presente Ata que vai assinada pelos senhores membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

(aa) PEDRO IVO - Presidente

Nildo José Lubke - Coordenador Técnico-Jurídico

Redação**COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 002/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Elisa Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

